

Processo de Contratação de Soluções de TIC

## Termo de Referência

Instrução Normativa nº 01, de 04 de abril de 2019, Secretaria de Governo Digital

Processo SEI nº 23000.010862/2022-60

# Solução de monitoramento de atividades em bancos de dados (database activity monitoring)



|          |  |                               |
|----------|--|-------------------------------|
| <b>1</b> | <b>Objeto da contratação</b>   | <b>1</b>                      |
| 1.1      | Descrição do objeto/solução  | 1                             |
| 1.2      | Especificação dos requisitos da contratação                              | 1                             |
| 1.3      | Da classificação do objeto e do regime de execução                       | 1                             |
| 1.3.1    | Classificação do objeto: do caráter auxiliar, instrumental ou acessório  | 1                             |
| 1.3.2    | Do tipo de bem e/ou serviço  | 1                             |
| 1.3.3    | Do regime de execução  | 2                             |
| 1.3.4    | Do caráter continuado  | 2                             |
| 1.3.5    | Da não exigência da dedicação exclusiva de mão de obra                   | 2                             |
| 1.3.6    | Do parcelamento da solução   | 2                             |
| <b>2</b> | <b>Justificativa da contratação</b>                                      | <b>2</b>                      |
| 2.1      | Resultados e benefícios pretendidos                                      | 2                             |
| 2.2      | Alinhamento com as estratégias organizacionais                           | 3                             |
| 2.3      | Estimativa do volume de bens e/ou serviços da demanda                    | 3                             |
| 2.4      | Das responsabilidades do Contratante                                     | 3                             |
| 2.5      | Das responsabilidades da Contratada                                      | 4                             |
| 2.6      | Das responsabilidades do Órgão Gerenciador do Registro de Preços         | Erro! Indicador não definido. |
| <b>3</b> | <b>Modelo de execução do objeto</b>                                      | <b>6</b>                      |
| 3.1      | Da vigência do contrato, das prorrogações e das alterações contratuais   | 6                             |
| 3.1.1    | Da vigência da Ata de Registro de Preços                                 | 6                             |
| 3.1.2    | Da vigência contratual   | 6                             |
| 3.1.3    | Das prorrogações   | 6                             |
| 3.1.4    | Do reajuste de preços  | 6                             |
| 3.1.5    | Das alterações contratuais   | 6                             |
| 3.2      | Das condições gerais de execução contratual                              | 6                             |
| 3.2.1    | Do local de execução   | 6                             |
| 3.2.2    | Do preposto da contratada  | 7                             |
| 3.3      | Das condições de implantação e operação                                  | 7                             |
| 3.3.1    | Dos prazos de execução   | 7                             |
| 3.4      | Métricas de remuneração e modelo de faturamento                          | 9                             |
| 3.4.1    | Regras gerais  | 9                             |
| 3.4.2    | Níveis mínimos de serviço  | 9                             |
| 3.5      | Dos mecanismos de comunicação e iteração entre as partes                 | 10                            |
| 3.5.1    | Da reunião inicial   | 10                            |
| 3.5.2    | Das reuniões técnicas periódicas   | 10                            |
| 3.5.3    | Do encaminhamento das demandas   | 11                            |
| 3.5.4    | Dos relatórios de serviço  | 11                            |
| 3.5.5    | Da continuidade da prestação dos serviços                                | 12                            |
| <b>4</b> | <b>Modelo de gestão do contrato</b>                                      | <b>12</b>                     |
| 4.1      | Do monitoramento da execução contratual                                  | 12                            |
| 4.1.1    | Da gestão e fiscalização do contrato                                     | 12                            |
| 4.1.2    | Do recebimento do objeto e da avaliação de qualidade e conformidade      | 12                            |
| 4.1.3    | Procedimentos administrativos de emissão de faturas e pagamento          | 14                            |
| 4.1.4    | Da aplicação dos instrumentos de mediação de resultados                  | 15                            |
| 4.2      | Das sanções administrativas  | 16                            |
| 4.2.1    | Da sanção de advertência   | 16                            |
| 4.2.2    | Da sanção de multa   | 16                            |
| 4.2.3    | Da sanção de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão | 19                            |

|          |   |           |
|----------|---|-----------|
| 4.2.4    | Da sanção de impedimento de licitar e contratar com os órgãos e entidades da União..... | 19        |
| 4.2.5    | Da sanção de declaração de inidoneidade.....  | 20        |
| 4.2.6    | Das considerações finais acerca das sanções administrativas .....                       | 20        |
| <b>5</b> | <b>Estimativa de preços e adequação orçamentária da contratação.....</b>                | <b>21</b> |
| 5.1      | Estimativa de preços.....   | 21        |
| 5.2      | Adequação orçamentária .....  | 21        |
| <b>6</b> | <b>Seleção do Fornecedor .....</b>  | <b>22</b> |
| 6.1      | Da modalidade de licitação e do critério de julgamento .....                            | 22        |
| 6.1.1    | Da participação de consórcios e cooperativas.....                                       | 22        |
| 6.1.2    | Da aplicação de direitos de preferência e margens de preferência .....                  | 22        |
| 6.1.3    | Da utilização do Sistema de Registro de Preços .....                                    | 22        |
| 6.2      | Dos critérios técnicos de habilitação .....   | 23        |
| 6.2.1    | Da comprovação da capacidade técnico-operacional .....                                  | 23        |
| 6.2.2    | Da proposta técnica e de preços.....  | 25        |
| 6.2.3    | Da vistoria técnica.....  | 25        |
| 6.3      | Critérios de aceitabilidade de preços unitários e globais.....                          | 26        |
| <b>7</b> | <b>Demais condições gerais .....</b>  | <b>27</b> |
| 7.1      | Da garantia de execução .....   | 27        |
| 7.2      | Do provimento de recursos necessários à execução contratual .....                       | 27        |
| 7.3      | Da propriedade intelectual.....   | 28        |
| 7.4      | Do tratamento de dados pessoais.....  | 29        |
| 7.5      | Das condições de confidencialidade e segurança das informações .....                    | 29        |
| 7.6      | Da transferência de conhecimentos .....   | 30        |
| 7.7      | Do encerramento contratual .....  | 30        |
| 7.8      | Da admissibilidade e dos limites de subcontratação .....                                | 30        |
| 7.9      | Da alteração subjetiva.....   | 31        |
| 7.10     | Da interpretação de termos e/ou especificações conflitantes .....                       | 31        |
| 7.11     | Da cooperação com a organização e com terceiros .....                                   | 31        |
| 7.12     | Da não exclusividade.....   | 31        |
| 7.13     | Dos casos omissos.....  | 31        |
| <b>8</b> | <b>Aprovação.....</b>   | <b>32</b> |

# Apêndices

APÊNDICE 01 Especificações e requisitos: Item 1 ..... 33

APÊNDICE 02 Especificações e requisitos: Item 2 ..... 46

APÊNDICE 03 Modelo de Proposta de Preços ..... 49

APÊNDICE 04 Modelo de Ordem de Serviço e/ou Fornecimento ..... 51

APÊNDICE 05 Modelo de Declaração de Vistoria..... 52

APÊNDICE 06 Termo de Compromisso de Sigilo e Segurança da Informação ..... 53

APÊNDICE 07 Termo de Ciência Individual de Sigilo e Segurança da Informação ..... 56

# Quadros e tabelas

Quadro 1: Identificação do objeto da contratação..... 1

Quadro 2: Vinculação estratégica da contratação .....3

Quadro 3: Estimativa do volume consolidado da demanda de bens e/ou serviços.....3

Quadro 4: Detalhamento das fases/parcelas .....7

Quadro 5: Detalhamento das etapas da fase de implantação da solução. ....8

Quadro 6: Métricas de faturamento .....9

Quadro 7: Indicadores de Níveis Mínimos de Serviço ..... 10

# Versionamento

| VERSÕES | DESCRIÇÃO   | DATA       |
|---------|---|------------|
| 1.0     | Primeira versão consolidada pela Equipe de Planejamento da Contratação                                  | 08/06/2022 |
| 1.1     | Segunda versão consolidada pela Equipe de Planejamento da Contratação após análise do Parecer Jurídico  | 19/08/2022 |
| 1.2     | Terceira versão consolidada pela Equipe de Planejamento da Contratação após análise do Parecer Jurídico | 26/09/2022 |

## Seção I - Da definição do objeto e dos objetivos da contratação

### 1 Objeto da contratação

Contratação, mediante SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, de solução de monitoramento de atividades em bancos de dados (Data Activity Monitoring - DAM) contemplando instalação, configuração, suporte técnico, garantia, transferência de conhecimentos, treinamento e operação assistida – conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e em seus anexos.

Quadro 1: Identificação do objeto da contratação

| Identificação do objeto da contratação |      |   |        |                                   |                     |   |
|--|------|---|--------|-----------------------------------|---------------------|---|
| Grupo                                  | Item | Descrição Do Item   | Catser | Unidade                           | Quantidade estimada | Valores máximos estimados (Em Reais / Por Item) |
|  |      |   |        |                                   |                     | UNITÁRIO (R\$) TOTAL (R\$)                      |
| 1                                      | 1    | Subscrição de solução de software de segurança e monitoração de atividades em banco de dados ( <i>Database Activity Monitoring - DAM</i> ), conforme requisitos especificados.                        | 24333  | Subscrição Anual – Banco de Dados | 100                 | R\$89.825,47 R\$8.982.547,00                    |
|  | 2    | Serviços agregados de operação assistida para a solução de segurança e monitoração de atividades em bancos de dados ( <i>Database Activity Monitoring - DAM</i> ), conforme requisitos especificados. | 27260  | Horas de Serviço Técnico          | 2.016               | R\$392,00 R\$790.272,00                         |
| Valor global estimado:                 |      |   |        |                                   |                     | R\$9.772.819,00                                 |

Este TERMO DE REFERÊNCIA foi elaborado a partir do Estudo Técnico Preliminar da Contratação (ETPC) e contém os elementos necessários e suficientes, com adequado nível de precisão, para caracterizar o objeto da pretensão contratual em harmonia com o disposto no art. 12 da Instrução Normativa SGD/ME nº 01/2019.

#### 1.1 Descrição do objeto/solução

Trata-se da contratação, mediante SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, de SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, pelo regime de **empreitada por preço unitário**, para provimento de solução de monitoramento de atividades em bancos de dados, contemplando garantia, suporte técnico e operação assistida, com vigência inicial de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei nº 8.666/1993.

#### 1.2 Especificação dos requisitos da contratação

O conjunto de características e especificações necessárias e suficientes para definir a SOLUÇÃO DE TIC a ser contratada (requisitos específicos para cada item) foram elaborados de acordo com o ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, considerando o disposto no art. 16 da IN-01/2019/SGD, e encontram-se detalhados da seguinte forma:

| Especificações de requisitos  |             |        |
|-------------------------------|-------------|--------|
| Item da Contratação           | Encarte     | Página |
| Item 01 (Solução de software) | APÊNDICE 01 | 33     |
| Item 02 (Operação assistida)  | APÊNDICE 02 | 46     |

#### 1.3 Da classificação do objeto e do regime de execução

##### 1.3.1 Classificação do objeto: do caráter auxiliar, instrumental ou acessório

Os SERVIÇOS a serem contratados são classificados como em “SERVIÇOS AUXILIARES, INSTRUMENTAIS OU ACESSÓRIOS” à área de competência legal do órgão licitante e, portanto, enquadram-se nos pressupostos do DECRETO Nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º e cuja execução indireta é vedada.

##### 1.3.2 Do tipo de bem e/ou serviço

Em conformidade com o art. 1º da LEI Nº 10.520/2002, para fins de avaliação da aplicabilidade do DECRETO Nº 10.024/2019, o objeto pretendido enquadra-se como “SERVIÇO COMUM” por apresentar, independentemente de sua complexidade, “padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos em edital, por meio de especificações usuais no mercado”.

### 1.3.3 Do regime de execução

Os serviços serão obtidos mediante EXECUÇÃO INDIRETA do tipo regime de execução EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, observando, como critério de julgamento, MENOR PREÇO GLOBAL – forma pela qual a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA contrata com terceiros a realização de serviço de solução de monitoramento de atividades em bancos de dados, incluindo garantia, suporte técnico e operação assistida.

Entendida como uma técnica de gestão administrativa, a execução indireta (ou terceirização) possibilita em que atividades não essenciais (auxiliares, instrumentais ou acessórias) sejam transferidas para um prestador especializado ao passo que possibilita à ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE implementar medidas de eficiência administrativa e foco em suas atividades finalísticas.

### 1.3.4 Do caráter continuado

O objeto se caracteriza como SERVIÇO DE NATUREZA CONTINUADA em função da sua essencialidade e habitualidade para o CONTRATANTE, cenário no qual sua eventual paralisação/descontinuidade pode implicar prejuízos às atividades do órgão. Nos termos do art. 15 da IN 05/SEGES/MPDG de 26/05/2017, “os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional”.

### 1.3.5 Da não exigência da dedicação exclusiva de mão de obra

A prestação de serviços não envolve “dedicação exclusiva de mão de obra” – nos termos do art. 17 da IN 05/SEGES/MPDG de 26/05/2017 – uma vez que a CONTRATADA poderá compartilhar os recursos humanos e materiais disponíveis para execução simultânea de outros contratos. A prestação dos serviços também não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

### 1.3.6 Do parcelamento da solução

Considerando a natureza complementar e interdependente dos itens da contratação, entendemos que a solução não é divisível, ou seja, não há viabilidade técnica e econômica em seu parcelamento. Os serviços de operação assistida (Item 1) dizem respeito exclusivamente à solução de software licenciada (Item 1), devendo serem necessariamente providos pelo mesmo fornecedor responsável pelo projeto, implementação e configuração da solução de software devido à sua interdependência técnica – com vistas a assegurar a entrega dos resultados pretendidos.

Logo, considerando as premissas legais e técnicas lastreadas no ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, temos que a decomposição do objeto não é tecnicamente viável, assim como não resultaria em melhor aproveitamento do mercado e nem ampliaria a competitividade do certame – trazendo, ainda, a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido. Portanto, não há razão para fragmentar inadequadamente os serviços a serem contratados.

## 2 Justificativa da contratação

A justificativa da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar da Contratação (ETPC) disponível no [Portal do MEC](#).

Ressalta-se que o atendimento da demanda em tela é indispensável para elevação dos atributos de segurança da informação dos diversos sistemas de software e respectivos bancos de dados que suportam a execução das políticas públicas e atividades corporativas do Ministério da Educação, permitindo que o órgão continue cumprindo com seu papel institucional de provedor de políticas educacionais e entregando à sociedade sistemas e programas com qualidade e disponibilidade, preservando a integridade dos dados e o grau de sigilo necessários – em estrita conformidade com a legislação vigente.

Além disso, a implantação da solução proporcionará que os dados armazenados nas bases de dados dos sistemas do MEC estejam em constante auditoria, atendam às recomendações legais, estabelece padrões de qualidade, com vistas ao ganho na eficiência, eficácia e economicidade para a Administração Pública.

### 2.1 Resultados e benefícios pretendidos

Dentre os principais benefícios/resultados específicos a serem alcançados com a presente contratação podemos elencar:

- Atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que veda o tratamento de informações pessoais sem o devido consentimento e sem a devida garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular das informações;
- Reduzir significativamente custos com o acesso aos dados de manutenção de ambientes de homologação e do armazenamento de dados;
- Permitir que os usuários obtenham os dados de que precisam, quando precisam, e, ao mesmo tempo, fornecer aos administradores os controles necessários para garantir que os recursos sejam contabilizados adequadamente;

- d) Aumentar a produtividade no desenvolvimento de projetos que consomem dados, com redução do retrabalho, eficiência na alocação de recursos críticos bem como na criação de ambientes de desenvolvimento, homologação e testes;
- e) Propiciar a segurança na movimentação de dados, evitando o acesso a dados de informações pessoais por desenvolvedores ou demais usuários com acesso privilegiado;
- f) Suportar as iniciativas e entregas estratégicas das áreas finalísticas do Ministério, bem como as que virão a fazer parte do novo planejamento estratégico do MEC.
- g) Atender aos requisitos de Segurança da Informação e adequação das leis e normativos relacionadas à privacidade dos dados; e
- h) Ampliar a maturidade em gestão de segurança cibernética a partir da implantação de controles críticos, tais como o CIS v.8.

## 2.2 Alinhamento com as estratégias organizacionais

A presente contratação está alinhada ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação vigente (PDTICMEC 2021-2023) conforme detalhado no respectivo DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDA (DOD). Assim como encontra-se devidamente registrada no PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES DE TIC do Ministério da Educação para o ano de 2022.

Quadro 2: Vinculação estratégica da contratação

| Planejamento Estratégico Institucional 2020-2023 <sup>1</sup> |  |   |
|---|--|---|
| ID  | Objetivo Estratégico   | Descrição   |
| OE_13   | Promover a gestão da informação, a desburocratização e a transformação digital | Desenvolver e implementar ações, serviços e soluções para a adequação da atuação governamental aos desafios impostos pelas transformações na economia e na sociedade, demandadas pelo ambiente digital, com foco no papel do governo em ser habilitador e facilitador dessa transformação digital no setor produtivo do país e na atuação do Estado como prestador de serviços e garantidor de direitos. Estreitar a comunicação e estabelecer parcerias com o setor público e com o setor privado de forma a impactar positivamente os serviços ofertados pelo MEC |

| Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação 2021-2023 <sup>2</sup> |   |  |
|--|---|--|
| Necessidade  | Ação  | PAC-TIC 2022   |
| NN14 - Implantação de ferramenta de auditoria de bancos de dado.               | STIC.ACP-14 - Implantação de ferramenta de auditoria de bancos de dados | Item 267 (27502 – Serviços e ferramentas de segurança da informação) |

## 2.3 Estimativa do volume de bens e/ou serviços da demanda

Os cálculos da estimativa do volume de serviços da demanda para a presente contratação, estão detalhados no Estudo Técnico Preliminar disponível no [Portal do MEC](#). A estimativa de demanda para a solução deverá ser composta pelos serviços descritos na tabela a seguir:

Quadro 3: Estimativa do volume consolidado da demanda de bens e/ou serviços.

| Estimativa do volume de bens e/ou serviços - Ministério da Educação (UASG 150004) |   |             |                                   |               |                  |
|---|---|-------------|-----------------------------------|---------------|------------------|
| Item  | Descrição do item   | Bem/Serviço | Unidade                           | Demanda total | Demanda inicial  |
| 1   | Subscrição de solução de software de segurança e monitoração de atividades em banco de dados ( <i>Database Activity Monitoring - DAM</i> ), conforme requisitos especificados.                        | Serviço     | Subscrição Anual – Banco de Dados | 100           | 8 Banco de Dados |
| 2   | Serviços agregados de operação assistida para a solução de segurança e monitoração de atividades em bancos de dados ( <i>Database Activity Monitoring - DAM</i> ), conforme requisitos especificados. | Serviço     | Horas de Serviço Técnico          | 2.016 horas   | 2.016 horas      |

As licenças para o ITEM 1, serão requisitadas para um quantitativo mínimo inicial de 8 Banco de Dados e as habilitações posteriores ocorrerão de acordo com a necessidade do MEC.

<sup>1</sup> Mais informações sobre o PEI-MEC 2020-2023 podem ser obtidas no seguinte endereço eletrônico: <https://www.gov.br/mec/pt-br/ acesso-a-informacao/institucional/plano-estrategico>.

<sup>2</sup> O PDTIC-MEC 2021-2023 está disponível para consulta na íntegra no seguinte endereço eletrônico: <https://www.gov.br/mec/pt-br/ acesso-a-informacao/pdtic>.



## 2.4 Das responsabilidades do Contratante

São responsabilidades do órgão CONTRATANTE:

- a) Exigir o fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua PROPOSTA;
- b) Nomear GESTOR e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do CONTRATO para exercer o acompanhamento e fiscalização da execução contratual mantendo, inclusive, o registro histórico devidamente documentado, conforme o disposto inc. XIV do art. 33 da IN-01/2019/SGD e encaminhando as providências cabíveis junto às autoridades competentes;
- c) Encaminhar formalmente as demandas, preferencialmente por meio de ORDENS DE SERVIÇO, de acordo com os critérios estabelecidos nesse TERMO DE REFERÊNCIA, observando-se o disposto no art. 32 da IN-01/2019/SGD;
- d) Receber o objeto/serviço fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a PROPOSTA aceita, conforme inspeções realizadas, observando o disposto no art. 33 da IN-01/2019/SGD – incluindo a realização das avaliações técnicas e de qualidade necessárias;
- e) Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- f) Remunerar à CONTRATADA o valor resultante do fornecimento dos bens e/ou da prestação dos serviços, no prazo e condições estabelecidas neste TERMO DE REFERÊNCIA, no CONTRATO e na PROPOSTA;
- g) Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 05/2001;
- h) Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como: (i) exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário; (ii) direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas CONTRATADAS; e (iii) considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens;
- i) Fornecer por escrito (ou por outro meio hábil ajustado entre as partes) as informações necessárias para o fornecimento dos bens e/ou a entrega dos serviços objeto da presente contratação;
- j) Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
- k) Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666/1993;
- l) Não transferir à CONTRATADA a responsabilidade pela realização de atos administrativos ou tomada de decisão; e
- m) Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela CONTRATADA, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

## 2.5 Das responsabilidades da Contratada

São responsabilidades do FORNECEDOR como parte CONTRATADA:

- a) Executar os serviços conforme especificações e requisitos do CONTRATO, deste TERMO DE REFERÊNCIA e de sua PROPOSTA – assim como reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo GESTOR DO CONTRATO, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à UNIÃO ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da GARANTIA, caso exigida no EDITAL, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;
- c) Quando especificado, manter durante a execução do CONTRATO equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação de acordo com os requisitos contratados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- d) Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203/2010 e não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- e) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do CONTRATO, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal

- ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- f) Arcar com todos os custos administrativos de sua responsabilidade relacionados ao OBJETO e à execução do CONTRATO – responsabilizando-se inclusive por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao CONTRATANTE – incluindo responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo CONTRATO, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;
  - g) Informar prontamente ao CONTRATANTE sobre fatos e/ou situações relacionadas à prestação dos serviços contratados que representem risco ao êxito da contratação ou o cumprimento de prazos exigidos, além de responsabilizar-se pelo conteúdo e veracidade das informações prestadas – sob pena de incorrer em situações de dolo ou omissão e comunicar ao GESTOR/FISCAL DO CONTRATO, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
  - h) Prestar todos os esclarecimentos ou informações solicitadas pelo CONTRATANTE ou por seus PREPOSTOS, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento – assim como submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo e/ou modelo de execução;
  - i) Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
  - j) Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este TERMO DE REFERÊNCIA, no prazo determinado, além de promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do CONTRATO;
  - k) Manter durante toda a vigência do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
  - l) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015;
  - m) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;
  - n) Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
  - o) Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do GESTOR DO CONTRATO, inerentes à execução do objeto contratual e propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização da Solução de Tecnologia da Informação pelo CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
  - p) Manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação durante a execução do contrato, conforme art. 18, inciso I, alínea “g” da IN SLTI.MP nº 04, de 11/09/2014;
  - q) Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da Solução de Tecnologia da Informação sobre os diversos artefatos e produtos produzidos ao longo do CONTRATO, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados ao CONTRATANTE, nos termos da legislação vigente;
  - r) Zelar pelo cumprimento de leis e normas relativas à segurança e medicina do trabalho durante a execução de quaisquer serviços de sua responsabilidade nas instalações do CONTRATANTE. Assim como cumprir as normas do CONTRATANTE aplicáveis em suas instalações funcionais, inclusive regras de acesso e controles de segurança;
  - s) Manter o mais **rigoroso sigilo** sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações que a ela venham a ser confiados ou que venha a ter acesso em razão da execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los, reproduzi-los ou deles dar conhecimento a quaisquer terceiros; e
  - t) Cumprir as obrigações previstas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

## Seção II - Da execução do objeto e da gestão do contrato

### 3 Modelo de execução do objeto

O Modelo de Execução contempla as condições necessárias ao fornecimento da SOLUÇÃO DE TIC objeto da presente contratação, conforme inc. XI do art. 3º do Decreto nº 10.024/2019, considerando o disposto no art. 18 da Instrução Normativa SGD/ME nº 01, de 04 de abril de 2019, observando os itens a seguir:

#### 3.1 Da vigência do contrato, das prorrogações e das alterações contratuais

##### 3.1.1 Da vigência da Ata de Registro de Preços

A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS oriunda da presente licitação terá validade pelo período de **12 (doze) meses**.

##### 3.1.2 Da vigência contratual

A vigência inicial do CONTRATO será de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos de 12 (doze) meses até o limite de **60 (sessenta) meses**, conforme disciplinado no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

##### 3.1.3 Das prorrogações

Para fins de renovação/prorrogação contratual, o GESTOR DO CONTRATO, com base no Histórico de Gestão do Contrato e nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, deverá encaminhar à Área Administrativa, com pelo menos 60 (SESSENTA) DIAS de antecedência do término do CONTRATO, a respectiva documentação para o aditamento (art. 36 da IN-01/2019/SGD).

##### 3.1.4 Do reajuste de preços

Dentro do prazo de vigência do CONTRATO – mediante solicitação da CONTRATADA e por intermédio de APOSTILAMENTO – os preços contratados poderão sofrer REAJUSTE após o interregno de 01 (UM) ANO, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, mediante aplicação do Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (<http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/tag/icti/>). Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de TERMO ADITIVO.

##### 3.1.5 Das alterações contratuais

Nos termos da legislação em vigor, durante a fase de execução da prestação dos serviços, o CONTRATO poderá ser alterado, desde que justificadamente, na forma e nos limites previstos no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993. As alterações contratuais devem ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, que deverá ser submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE.

Considerando o disposto no **Orientação Normativa AGU nº 50** (atualizada pela Portaria nº 140, de 26 de abril de 2021), os acréscimos e as supressões do objeto contratual devem ser sempre calculados sobre o valor inicial do contrato atualizado, aplicando-se de forma isolada os limites percentuais previstos em lei ao conjunto de acréscimos e supressões, vedada a compensação de acréscimos e supressões entre itens distintos, não se admitindo que a supressão de quantitativos de um ou mais itens seja compensada por acréscimos de itens diferentes ou pela inclusão de novos itens.

No âmbito do mesmo item, o restabelecimento parcial ou total de quantitativo anteriormente suprimido não representa compensação vedada, desde que sejam observadas as mesmas condições e preços iniciais pactuados, não haja fraude ao certame ou à contratação direta, jogo de planilha, nem descaracterização do objeto, sendo juridicamente possível, além do restabelecimento, a realização de aditamentos para novos acréscimos ou supressões, observados os limites legais para alterações do objeto em relação ao valor inicial e atualizado do contrato.

#### 3.2 Das condições gerais de execução contratual

##### 3.2.1 Do local de execução

Os serviços serão prestados ao MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, tendo como unidade gestora a Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação – cujo endereço de referência é Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Anexo II, 1º Andar, CEP 70.047-900, Brasília/DF.

Os serviços poderão ser prestados tanto no ambiente da CONTRATADA quanto nas dependências do CONTRATANTE, de forma remota e/ou híbrida e/ou presencial, variando a condição de acordo com os requisitos especificados para cada item de serviço<sup>3</sup>.

Quando necessário, o CONTRATANTE poderá indicar local específico, em Brasília/DF, para a prestação dos serviços. Em casos excepcionais, pode ser autorizada a execução de serviços em outros locais, além daquele citado na referência acima. Independentemente de citação nominal, a execução dos serviços poderá envolver interação com quaisquer dos órgãos que integrem a estrutura organizacional do Ministério da Educação – assim definidos no art. 2º do ANEXO I do Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019.

Considerando que os serviços também podem ser executados de forma remota, a execução das atividades fora das dependências do CONTRATANTE, não geram custos e obrigações adicionais para pagamento, devendo estes custos serem exclusivos da CONTRATADA.

A definição dos horários para a execução das atividades nas instalações do CONTRATANTE ocorrerá preferencialmente considerando os horários de expediente no MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, ou mediante acordo entre as partes desde que atendidas as necessidades do CONTRATANTE e os requisitos contratados para a respectiva solução.

Como padrão e quando não especificado em contrário, considerar-se-á como dia útil o período de 08:00 (oito) horas úteis, compreendido no intervalo entre **08:00h e 18:00h**, nos dias em que houver expediente no CONTRATANTE. Exceto nas condições claramente definidas nas especificações e requisitos de cada GRUPO de serviço, atividades eventualmente realizadas fora do horário de expediente, aos sábados, domingos e feriados, sejam no ambiente da CONTRATADA ou no ambiente do CONTRATANTE, não implicarão nenhum acréscimo ou majoração nos valores pagos à CONTRATADA.

### 3.2.2 Do preposto da contratada

A CONTRATADA deverá indicar PREPOSTO (account manager), que será responsável por acompanhar a execução do CONTRATO e atuar como interlocutor administrativo principal junto ao CONTRATANTE incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder às questões legais e administrativas referentes à execução contratual. Por tratar-se de serviço de caráter **eminente técnico**, recomendamos que esse profissional possua formação, conhecimentos técnicos e práticos em acompanhamento de contratos públicos de objetos compatíveis com os da presente contratação.

## 3.3 Das condições de implantação e operação

### 3.3.1 Dos prazos de execução

O início da execução contratual somente poderá ocorrer após a apresentação da GARANTIA CONTRATUAL, dentre uma das modalidades definidas no § 1º do art. 56, da Lei nº 8.666/93, que deverá se dar em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do CONTRATO e observará, para cada item da contratação, as definições a seguir.

Quando não fixados detalhadamente neste TERMO DE REFERÊNCIA, os prazos de execução e/ou de realização de atividades complementares serão consignados na respectiva ORDEM DE SERVIÇO. Como padrão e quando não especificado em contrário, todos os prazos serão contados em dias corridos. A interrupção na execução dos serviços por parte da CONTRATADA não interrompe a contagem dos prazos de execução contratual ou daqueles previstos nas respectivas ORDENS DE SERVIÇO, salvo por motivo formalmente justificado pela CONTRATADA e aceito pelo CONTRATANTE.

3.3.1.1 Item 1: Subscrição de solução de software de segurança e monitoração de atividades em banco de dados.

Quadro 4: Detalhamento das fases/parcelas

| Descrição da fase/parcela        | Duração/prazo  |
|----------------------------------|--|
| 1. Emissão da ordem de serviço   | Após assinatura do CONTRATO e apresentação da GARANTIA CONTRATUAL, a emissão da ORDEM DE SERVIÇO ocorrerá em até <b>5 (cinco) dias</b> após realização da REUNIÃO INICIAL. |
| 2. Início da execução contratual | O início da execução contratual deve ocorrer em até, no máximo, <b>30 (trinta) dias</b> após recebimento da ORDEM DE SERVIÇO.  |

<sup>3</sup> Enquanto vigorar a declaração de emergência em saúde pública, de importância internacional, em decorrência da infecção humana pelo coronavírus (SARS-CoV-2 / Covid-19) e as medidas restritivas e protetivas correlacionadas no âmbito da União e do Distrito Federal o exercício de atividades presenciais poderá ser excepcionalizado mediante adoção de outras estratégias determinadas exclusivamente pelo CONTRATANTE. Assim como, considerando as características dos serviços e a disponibilidade de recursos tecnológicos, o CONTRATANTE poderá optar pela execução exclusivamente REMOTA, desde que integralmente assegurados o atendimento aos requisitos mínimos definidos para cada grupo de serviço e a qualidade da prestação contratual.

| Descrição da fase/parcela | Duração/prazo  |
|---------------------------|--|
| 3. Implantação da solução | A implantação da solução contratada deverá ocorrer em até, no máximo, <b>60 (sessenta) dias</b> após recebimento da ORDEM DE SERVIÇO, considerando as respectivas etapas previstas (cfe item 3.3.1.1.1).   |
| 4. Adaptação operacional  | O período de adaptação operacional terá duração de <b>30 (trinta) dias</b> e iniciar-se-á após a conclusão da fase de implantação da solução, sendo esse o prazo limite para ajustes e/ou correções necessários ao alinhamento e/ou adequação da solução em produção, visando a assegurar sua operação contínua. |

#### 3.3.1.1.1 Da fase de implantação da solução

A fase de IMPLANTAÇÃO DA SOLUÇÃO deve envolver todas as atividades de planejamento, instalação e configuração da solução contratada, bem como sua integração à rede e ao ambiente do CONTRATANTE e deve considerar, no mínimo, as seguintes etapas:

Quadro 5: Detalhamento das etapas da fase de implantação da solução.

| Etapas                                  | Descrição das atividades mínimas  |
|---|---|
| A. Planejamento e desenho da instalação | Nessa etapa a CONTRATADA deverá realizar reuniões técnicas com o corpo técnico designado pelo CONTRATANTE com o objetivo de ser apresentada objetivamente às necessidades a serem atendidas com o PROJETO, devendo sinalizar quaisquer inviabilidades ou ajustes necessários, propondo as alternativas e/ou melhorias no projeto com o foco em viabilizar a implementação. Para cada reunião, deverão ser elaboradas atas para registro dos pontos abordados e consentimento global, que subsidiarão a próxima fase da dinâmica de execução. A CONTRATADA deverá entregar PROJETO DE INSTALAÇÃO tomando como base os levantamentos técnicos e as abordagens registradas nas atas de reunião, contendo o desenho/layout de instalação, proposta de configuração e cronograma de instalação da solução; também deve conter plano de testes para validação do funcionamento pós-execução. Esse documento deverá ser entregue para avaliação e aprovação pelo CONTRATANTE, previamente à execução dos serviços. |
| B. Instalação e configuração            | A CONTRATADA deverá instalar e configurar a solução seguindo o PROJETO DE INSTALAÇÃO aprovado pelo CONTRATANTE. As janelas de manutenção para execução dos serviços serão definidas pelo CONTRATANTE. A pretensa contratação dessa solução de tecnologia da informação deve prever o fornecimento e instalação de todos os insumos necessários para operacionalização da solução adquirida.   |
| C. Testes e ajustes                     | A CONTRATADA deverá realizar o plano de testes definido previamente, executando e documentando eventuais correções de problemas encontrados, conforme cronograma aprovado no PROJETO DE INSTALAÇÃO.   |
| D. Transferência de conhecimentos       | A CONTRATADA deverá realizar uma sessão de transferência de conhecimento da instalação e configuração da solução de TI e suas características gerais para até 8 participantes indicados pelo CONTRATANTE, documentando em ata a data de realização da sessão, o conteúdo abordado e a assinatura dos participantes, devendo ser entregue ao final dessa fase.   |

#### 3.3.1.1.2 Da fase de adaptação operacional

Imediatamente após conclusão da fase de implantação da solução a CONTRATADA iniciará o período de ADAPTAÇÃO OPERACIONAL, no qual deverá prover acompanhamento da solução durante os primeiros 30 (trinta) dias de produção no ambiente do CONTRATANTE com vistas a providenciar a correção imediata de eventuais problemas e/ou, se for o caso, a realização de melhorias identificadas após a implantação.

A CONTRATADA deve prover monitoramento e suporte em tempo integral durante as primeiras 24 horas corridas pós implementação da solução em produção, visando assegurar seu correto funcionamento e mitigar eventuais riscos de falhas e instabilidades no ambiente do CONTRATANTE.

#### 3.3.1.1.3 Elaboração e entrega da documentação do ambiente finalizado

A CONTRATADA deverá entregar ao CONTRATANTE toda documentação atualizada do ambiente após finalizado o processo de instalação e ajustes da solução (as-built), descrevendo em detalhes técnicos todos os aspectos de configuração da solução. Junto com a documentação *as-built* a CONTRATADA deve providenciar a entrega da documentação de GARANTIA DO FABRICANTE, contemplando de maneira adequada todos os requisitos mínimos previstos.



## 3.3.1.2 Item 2: Serviço de operação assistida

Os serviços de operação assistida (Item 2) tem como objetivo prover recursos para operação da solução de forma assistida por profissionais especializados na(s) ferramenta(s) implantada(s) em suporte às equipes do CONTRATANTE, sob demanda e mediante requisição em ORDEM DE SERVIÇO.

## 3.4 Métricas de remuneração e modelo de faturamento

## 3.4.1 Regras gerais

Como única e integral contraprestação financeira por todos os serviços executados pela CONTRATADA e pelo cumprimento de quaisquer outras obrigações estabelecidas no CONTRATO, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os valores estabelecidos no Contrato, incluindo a aplicação dos instrumentos de medição de resultados.

Sobre o faturamento da CONTRATADA incidirão eventuais descontos/glosas resultantes dos resultados e de acordo com a aplicação dos critérios de reduções ao faturamento, conforme recomendado nas normas aplicáveis às contratações públicas de Tecnologia da Informação por órgãos e entidades da Administração Pública Federal, considerando a análise de alternativas realizada no ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR e o disposto na Súmula TCU nº 269, in verbis:

“Nas contratações para a prestação de serviços de tecnologia da informação, a remuneração deve estar vinculada a resultados ou ao atendimento de níveis de serviço, admitindo-se o pagamento por hora trabalhada ou por posto de serviço somente quando as características do objeto não o permitirem, hipótese em que a excepcionalidade deve estar prévia e adequadamente justificada nos respectivos processos administrativos”. [Súmula TCU nº 269]

Ainda, em atenção ao disposto na Instrução Normativa nº 01/2019/SGD/ME, todas as atividades inerentes ao ciclo de vida dos serviços contratados estão incluídas na métrica de pagamento em função dos resultados e/ou produtos entregues, de forma que o CONTRATANTE não efetuará pagamentos adicionais por quaisquer atividades já incluídas no escopo desses serviços.

Quando houver RECEBIMENTO DEFINITIVO as eventuais reduções à remuneração serão aplicadas até o **limite de 40% (quarenta por cento) do faturamento** por ORDEM DE SERVIÇO, podendo o CONTRATANTE aplicar acumuladamente outras sanções administrativas cabíveis, quando for o caso, exceto nas situações em que restar comprovado que a CONTRATADA não concorreu de maneira omissiva e/ou comissiva para o não cumprimento dos NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO exigidos<sup>4</sup>.

Exceto quando expressamente previsto, o CONTRATANTE não pagará à CONTRATADA quaisquer taxas adicionais, reembolsos ou despesas de mão de obra e despesas gerais envolvidas na execução dos serviços contratados. Também, exceto conforme estabelecido neste documento ou de outra forma estabelecido na documentação complementar aplicável, todos os preços no CONTRATO serão expressos em REAIS (BRL ou R\$).

Considerando esses aspectos, as métricas de faturamento e o modelo de faturamento é definido da seguinte forma, por item da contratação:

Quadro 6: Métricas de faturamento.

| Métricas de remuneração e modelo de faturamento |  |                                   |   |
|---|--|-----------------------------------|---|
| Item  | Descrição  | Item faturável                    | Modelo de faturamento   |
| 1   | Subscrição de solução de software de segurança e monitoração de atividades em banco de dados | Subscrição Anual – Banco de Dados | Parcela unitária anual, up-front (antecipado) após da habilitação da licença. |
| 2   | Serviço de operação Assistida  | Horas de Serviço                  | Sob demanda, postecipado, mediante requisição em Ordem de Serviço.            |

## 3.4.2 Níveis mínimos de serviço

Os NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO (ou NÍVEIS DE SERVIÇO) definem critérios objetivos e mensuráveis cuja finalidade é aferir e avaliar os resultados dos serviços contratados e o desempenho da CONTRATADA., conforme apresentado mais adiante. Neles encontram-se definidos: a maneira pela qual estes fatores serão avaliados; o nível mínimo aceitável; e os descontos a serem aplicados na fatura, quando o serviço prestado não alcançar o nível esperado.

Os NÍVEIS DE SERVIÇOS devem ser considerados e entendidos pelas CONTRATADA como um compromisso e comprometimento de qualidade que está assumindo para a prestação dos serviços e fornecimento dos bens. Portanto, no decorrer da execução contratual

<sup>4</sup> Caso o percentual de glosa ultrapasse o limite acima por 3 (TRÊS) VEZES consecutivas, ou 3 (TRÊS) VEZES acumuladas em um período de 6 (seis) meses, poderá ser caracterizada INEXECUÇÃO PARCIAL do CONTRATO, sujeitando a CONTRATADA às cominações sancionatórias e administrativas previstas neste TERMO DE REFERÊNCIA.

a CONTRATADA deverá monitorar continuamente seus indicadores, zelando pela qualidade dos serviços e pela efetiva entrega de resultados.

Na medição dos valores para faturamento será apurado o afastamento dos indicadores de medição de resultado em relação às metas estabelecidas. Nos casos em que o afastamento apontar o desempenho abaixo da meta exigida será calculado o valor do ajuste (desconto/glosa) a ser aplicado sobre o faturamento – de acordo com os critérios fixados para cada INDICADOR. Não há previsão de pagamentos adicionais para superação de metas.

Eventualmente poderão existir impedimentos técnicos para o atendimento dos prazos previamente estabelecidos para uma demanda ou indicador. Nesses casos, a CONTRATADA deverá notificar formalmente o CONTRATANTE – ficando a critério exclusivo deste último avaliar os impedimentos, assim como acatar ou rejeitar as justificativas apresentadas.

Foram estabelecidos os indicadores de NÍVEL DE SERVIÇO, conforme detalhado a seguir:

Quadro 7: Indicadores de Níveis Mínimos de Serviço

| Indicadores de Níveis Mínimos de Serviço |  |                |            |
|--|--|----------------|------------|
| Id                                       | Definição dos níveis mínimos de serviço            | Aplicação      | Referência |
| INS-01                                   | Indicador de pontualidade no cumprimento de prazos | Todos os itens |            |
| INS-02                                   | Indicador de avaliação de conformidade técnica     | Todos os itens |            |
| INS-03                                   | Indicador de resolução de acionamentos técnicos    | Item 01        |            |

Considerando o princípio da finalidade, caso sejam verificadas incompatibilidades e/ou inconsistências, o CONTRATANTE poderá revisar fórmulas e parâmetros de cálculo de quaisquer dos indicadores de níveis mínimos de serviço previstos na presente contratação com o objetivo de lhe assegurar a aderência destes à essência do que se busca efetivamente aferir.

### 3.5 Dos mecanismos de comunicação e iteração entre as partes

#### 3.5.1 Da reunião inicial

O CONTRATANTE, por intermédio do GESTOR DO CONTRATO, convocará a CONTRATADA, imediatamente após a assinatura do CONTRATO, para reunião de alinhamento de entendimentos e expectativas – ora denominada REUNIÃO INICIAL – com o objetivo de:

- Alinhar a forma de comunicação entre as partes, que deverá ocorrer preferencialmente entre o CONTRATANTE e o PREPOSTO da CONTRATADA;
- Definir as providências de implantação dos bens e serviços que compõem a solução;
- Alinhar entendimentos e expectativas quanto aos modelos de execução e de gestão do CONTRATO.

Após a REUNIÃO INICIAL a CONTRATADA deverá:

- Apresentar seu PREPOSTO;
- Apresentar sua equipe técnica que atuará diretamente na prestação dos serviços contratados, com a respectiva documentação de comprovação de atendimento aos perfis exigidos;
- Apresentar o TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DO SIGILO E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (ENCARTE F, pág. 57) devidamente assinado por seu representante legal;
- Apresentar o TERMO DE CIÊNCIA INDIVIDUAL DE SIGILO E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (ENCARTE G, pág. 60) devidamente assinado pelo PREPOSTO e por seus funcionários que serão diretamente envolvidos na prestação dos serviços contratados (PREPOSTO e outros funcionários diretamente envolvidos); e
- Realizar apresentação técnica da solução, de seu processo de trabalho e das ferramentas para execução dos serviços contratados.

Havendo necessidade outros assuntos de comum interesse poderão ser tratados na reunião inicial, além dos anteriormente previstos. Todas as atas de reuniões e as comunicações entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, assim como todas as demais intercorrências contratuais, positivas ou negativas, serão arquivadas em processo próprio para fins de manutenção do histórico de gestão do CONTRATO.

#### 3.5.2 Das reuniões técnicas periódicas

O CONTRATANTE e a CONTRATADA se reunirão periodicamente, no máximo a cada semestre, para avaliação técnica do andamento da execução contratual, apresentação de pontos de melhoria e transferência de conhecimentos. Reuniões de monitoramento dos serviços ou outras reuniões extraordinárias poderão ser convocadas pelo CONTRATANTE sendo obrigação da CONTRATADA atender às convocações.

### 3.5.3 Do encaminhamento das demandas

A ORDEM DE SERVIÇO (OS) é o instrumento normativo padrão para formalização das demandas à CONTRATADA. A critério do CONTRATANTE, esse instrumento poderá ser substituído por registros eletrônicos em sistema informatizado hábil – inclusive no que diz respeito ao registro de requisições de serviço.

Encaminhadas as demandas à CONTRATADA, mediante ORDENS DE SERVIÇO, a ciência do PREPOSTO (e/ou do LÍDER TÉCNICO do item de serviço) deve ser registrada em até, no máximo, 01:00 (uma) hora útil após recebimento do documento, na forma hábil pactuada entre as partes (inclusive por intermédio de sistema informatizado). Decorrido esse prazo e não firmada a ciência espontânea, o CONTRATANTE considerará a ORDEM DE SERVIÇO como recebida pela CONTRATADA.

As ORDENS DE SERVIÇOS conterão, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Numeração de identificação (ID);
- b) Título e descrição da solicitação;
- c) Identificação do Gestor do Contrato;
- d) Identificação do responsável pela demanda na área requisitante (Fiscal Requisitante);
- e) Especificações quanto ao tipo e ao volume da demanda (incluindo descrição de macro-atividades a serem executadas, quando aplicável);
- f) Especificação quanto a prazos de execução;
- g) Expectativa de remuneração, quando for o caso; e
- h) Outras informações necessárias, quando for o caso.

Os prazos específicos, quando não fixados no modelo de execução ou nos requisitos específicos do ITEM DE SERVIÇO, serão consignados na respectiva ORDEM DE SERVIÇO. Como padrão e quando não especificado em contrário, todos os prazos serão considerados horas corridas e/ou dias úteis – conforme o caso.

As ORDENS DE SERVIÇO serão numeradas sequencialmente a partir da primeira ordem emitida acompanhada com o ano correspondente ao de sua abertura. Ao início de um novo ano, a numeração da OS poderá ser reiniciada. As Ordens de Serviços poderão ser abertas e gerenciadas por meio de sistema informatizado. Um modelo genérico de ORDEM DE SERVIÇO é apresentado no ENCARTE D (pág. 55), sendo que, a critério do CONTRATANTE, este modelo poderá ser alterado a qualquer tempo para atender às necessidades do serviço – devendo manter as informações mínimas necessárias à sua correta execução.

A abertura de ORDENS DE SERVIÇO observará a capacidade de gestão do CONTRATANTE para gerenciar projetos e acompanhar demandas. Assim, como poderão ser replanejadas a qualquer momento a critério do CONTRATANTE, considerando suas necessidades e prioridades, o que será registrado no Histórico de Ocorrências.

A critério do CONTRATANTE, as ferramentas utilizadas nos processos e os modelos e padrões dos produtos e artefatos poderão ser atualizados em razão de evolução tecnológica ou metodológica, devendo a CONTRATADA se adequar em até 30 (trinta) dias corridos. O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, visando a promover melhorias e/ou correções no processo, alterar o protocolo de gestão de ordens de serviços, desde que respeitadas as premissas definidas em EDITAL e mediante prévia comunicação à CONTRATADA.

Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá se recusar a prestar os serviços contratados, negando o recebimento ou o atendimento à ORDENS DE SERVIÇO, exceto nas situações previstas em LEI.

A CONTRATADA deverá comunicar formalmente ao CONTRATANTE quaisquer fatores que possam afetar a execução dos serviços impactando os prazos, os custos ou a qualidade a ser entregue, quer esses fatores sejam provocados por ela ou pelo CONTRATANTE, antecipadamente à ocorrência dos efeitos. A falta dessa comunicação poderá, a critério do CONTRATANTE, implicar a não aceitação das justificativas.

### 3.5.4 Dos relatórios de serviço

A CONTRATADA deverá disponibilizar RELATÓRIOS DE SERVIÇO com o objetivo de demonstrar as atividades realizadas, os indicadores de nível de serviço e as intercorrências técnicas relacionadas à execução dos serviços, incluindo, no mínimo:

- a) **Relatório Técnico de Atendimento:** a ser apresentado ao final de cada atendimento contendo, no mínimo, a identificação dos produtos afetados, os horários da solicitação, do atendimento e da solução; a descrição da solicitação, a causa do problema; a solução utilizada; dentre outras informações que poderão ser solicitados durante a vigência do período de garantia.
- b) **Relatório Técnico de Manutenção Preventiva:** a ser apresentado sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, detalhando a saúde da solução, contendo, no mínimo: essencialmente para verificação de erro, coleta e avaliação de logs, atualização, realização de manutenções periódicas, verificação e inspeção visual das condições de funcionamento e saúde dos equipamentos, seus componentes e dispositivos; atualizações de softwares lançadas pelo fabricante; recomendações de melhorias, descrição detalhada das manutenções preventivas; dentre outras informações que poderão ser solicitados durante a vigência do período de garantia.



- c) **Relatório Técnico de Manutenção Corretiva:** a ser apresentado sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, detalhando as atividades realizadas, contendo, no mínimo: relação de atendimentos realizados no mês de referência; gráficos por categorias; descrição dos incidentes ou panes com os correspondentes detalhamentos das soluções aplicadas; descrição detalhada das manutenções corretivas; dentre outras informações que poderão ser solicitados durante a vigência do período de garantia.

Além disso, sempre que necessário, A CONTRATADA deverá emitir relatórios com informações analíticas e sintéticas relacionadas aos produtos contratados. Caso qualquer relatório apresente inconformidades, a CONTRATADA deverá reapresentá-lo no prazo de até 1 (um) dia útil, após a notificação. Todos os relatórios deverão ser entregues em formato digital. Ainda, objetivando atestar a veracidade e a fidedignidade das informações e dados apresentados pela CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá, a seu critério, exigir a comprovação das informações prestadas pela CONTRATADA, quer através do fornecimento de dados brutos ou através de auditoria nas ferramentas utilizadas para geração e tratamento desses dados. A recusa, a morosidade ou a comprovada má-fé da CONTRATADA em prover tais informações é passível de sanção através da aplicação das penalidades administrativas e contratuais cabíveis.

### 3.5.5 Da continuidade da prestação dos serviços

A CONTRATADA está sujeita ao cumprimento de regramentos específicos que a obrigam a prover solução de CONTINUIDADE da prestação dos serviços em situações tais como:

- Assegurar, nos casos de ocorrência de greves ou paralisações de seus colaboradores, a continuação da prestação dos serviços, por meio da execução de plano de contingência, inclusive nos casos de greve ou paralisação dos transportes públicos, hipótese em que deverá promover, às suas expensas, os meios necessários para que seus colaboradores cheguem aos seus respectivos locais de trabalho;
- Ao longo da execução do CONTRATO a CONTRATADA ficará obrigada a promover, gradativamente, a transferência de tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, capacitando, se solicitado, os técnicos do CONTRATANTE ou os da nova pessoa jurídica que continuará a execução dos serviços, sem ônus adicional ao CONTRATO;
- Reportar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer anormalidade, erro ou irregularidade que possa comprometer a execução dos serviços e o bom andamento das atividades, observando as obrigações da CONTRATADA; e
- Providenciar a substituição imediata dos profissionais alocados na prestação dos serviços que eventualmente não atendam aos requisitos mínimos estabelecidos neste TERMO DE REFERÊNCIA, ou mediante solicitação justificada do CONTRATANTE.

## 4 Modelo de gestão do contrato

O Modelo de Gestão do CONTRATO contempla as condições para gestão e fiscalização da execução contratual, conforme disposto no art. 19 da Instrução Normativa SGD/ME nº 01, de 04 de abril de 2019.

### 4.1 Do monitoramento da execução contratual

#### 4.1.1 Da gestão e fiscalização do contrato

O acompanhamento e a fiscalização da execução do CONTRATO consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/1993, a ser exercido pelos seguintes representantes da CONTRATANTE especialmente designados:

- GESTOR DO CONTRATO: servidor com atribuições gerenciais, designado para coordenar e comandar o processo de gestão e fiscalização da execução contratual, indicado por autoridade competente;
- FISCAL TÉCNICO: servidor representante da Área de Tecnologia da Informação, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar tecnicamente o contrato;
- FISCAL REQUISITANTE: servidor representante da Área Requisitante da Solução, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o contrato do ponto de vista funcional da Solução de Tecnologia da Informação; e
- FISCAL ADMINISTRATIVO: servidor representante da Área Administrativa, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos administrativos

#### 4.1.2 Do recebimento do objeto e da avaliação de qualidade e conformidade

O OBJETO contratado será recebido, como parte do processo de monitoramento da execução, de forma provisório e definitiva, conforme prevê o artigo 73 da Lei nº 8.666/93 e o art. 34 da Instrução Normativa SGD/ME nº 01, de 04 de abril de 2019 (e suas atualizações), observando o disposto a seguir.



## Processo de Recebimento do Objeto



### 4.1.2.1 Recebimento Provisório

O recebimento provisório será realizado pelo FISCAL TÉCNICO do CONTRATO quando da entrega do OBJETO resultante de cada ORDEM DE SERVIÇO e consiste na emissão do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO que, por sua vez, consiste na “declaração formal de que os serviços foram prestados ou os bens foram entregues, para posterior análise das conformidades e qualidades baseadas nos requisitos e nos critérios de aceitação, de acordo com a alínea "a" do inciso I, e alínea "a" do inciso II do art. 73 da Lei nº 8.666, de 1993”.

### 4.1.2.2 Critérios de aceitação

A avaliação da qualidade dos serviços prestados no âmbito de cada ITEM consistirá na verificação dos critérios relacionados a seguir e de outros que possam ser objetivamente definidos nas ORDENS DE SERVIÇO e nos NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO, de acordo com a especificidade da demanda. Os critérios mestres de avaliação dos serviços, produtos e/ou artefatos se baseiam no seguinte:

- Compleitude, Consistência e Forma: serão considerados incompletos os serviços, produtos e/ou artefatos entregues sem que todos os elementos requeridos estejam presentes. Serão considerados inconsistentes os serviços, produtos e/ou artefatos entregues com não conformidades que impeçam o seu uso. São exemplos de não conformidades impeditivas as falhas provocadas pela operação da funcionalidade, comportamentos que estejam em desacordo com os requisitos estabelecidos ou com as especificações do software, bem como inadequações na documentação de natureza funcional. Serão considerados desformatados os serviços, produtos e/ou artefatos entregues com não conformidades relacionadas à forma, inadequações de natureza estética ou o não uso de modelos de documentos definidos pelo CONTRATANTE, desde que a forma implique prejuízo de informações ou descaracterização do artefato ou produto;
- Qualidade: as entregas de serviço serão avaliadas com base em sua conformidade com os níveis mínimos de serviço estabelecidos. Entregas que não atingirem o nível mínimo de qualidade poderão ser integrais ou parcialmente rejeitadas ou, ainda, ser aceitas com restrições e/ou mediante aplicação de glosa – de acordo com os critérios específicos de cada item; e
- Desempenho e Produtividade: as entregas de serviços serão avaliadas com base na expectativa de desempenho mínimo definida. Entregas que não atingirem o nível mínimo de desempenho poderão ser integrais ou parcialmente rejeitadas ou, ainda, ser aceitas com restrições e/ou mediante aplicação de glosa – de acordo com os critérios específicos de cada GRUPO de serviço.

Além da aplicação dos critérios de aceitação, após o recebimento provisório, os fiscais TÉCNICO, REQUISITANTE e ADMINISTRATIVO também realizarão as seguintes análises:

- Identificação de não conformidade com os termos contratuais;
- Verificação de aderência aos termos contratuais, a cargo do Fiscal Administrativo do CONTRATO;
- Verificação da manutenção das condições classificatórias referentes à pontuação obtida e à habilitação técnica, a cargo dos Fiscais Administrativo e Técnico do CONTRATO;
- Encaminhamento à CONTRATADA das eventuais demandas de correção, a cargo do Gestor do CONTRATO ou, por delegação de competência, do Fiscal Técnico do CONTRATO;
- Cálculo e encaminhamento à CONTRATADA de indicação de eventuais glosas por descumprimento de níveis mínimos de serviço exigidos por parte do Gestor do CONTRATO.

Caso sejam verificadas irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, o GESTOR DO CONTRATO deve indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à contratada, por escrito, as respectivas medidas de correção.

### 4.1.2.3 Recebimento definitivo

Concluída a avaliação da qualidade e da conformidade dos serviços entregues provisoriamente recebidos o GESTOR do CONTRATO efetuará o recebimento definitivo dos serviços através da confecção e assinatura do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, com base nas informações da etapa de avaliação da qualidade e contendo a autorização para emissão de NOTA(S) FISCAL(IS), a ser encaminhado ao PREPOSTO da CONTRATADA.

Observando de forma complementar o disposto na alínea “c” do inciso II do art. 50 da IN nº 05/2017/SEGES/ME, quando houver glosa parcial dos serviços, o GESTOR deverá comunicar a empresa para que emita a(s) NOTA(S) FISCAL(IS) com o valor exato dimensionado, evitando, assim, efeitos tributários sobre valor glosado pela Administração.

#### 4.1.3 Procedimentos administrativos de emissão de faturas e pagamento

A apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA deverá ocorrer no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da autorização de faturamento emitida pelo CONTRANTE (Termo de Recebimento Definitivo). Sendo que o pagamento somente será autorizado após ATESTE pelo(s) servidor(es) competente(s), condicionado este ato à verificação da conformidade e da adequação em relação aos serviços efetivamente prestados.

Além dos requisitos fiscais adequados a NOTA FISCAL deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período de prestação dos serviços;
- e) o valor a pagar; e
- f) o eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Após recebimento e ateste da(s) Nota(s) Fiscal(is) o GESTOR do CONTRATO encaminhará a documentação para à área administrativa competente para verificação das regularidades fiscais, trabalhistas e previdenciárias para fins de pagamento, a cargo do FISCAL ADMINISTRATIVO do CONTRATO.

A (s) Nota(s) Fiscal(is) deverá(ão) ser obrigatoriamente acompanhada(s) da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no § 4º do art. 3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 2, de 11 de outubro de 2010.

O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a(s) Nota(s) Fiscal(is) ou apresentada(s) expressa(m) os elementos necessários e essenciais à conformidade do documento, conforme definido na legislação aplicável.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

##### 4.1.3.1 Dos prazos para pagamento

Recebida a NOTA FISCAL pela área administrativa competente o pagamento das obrigações deverá ocorrer no prazo previsto no CONTRATO, limitado ao quinto dia útil subsequente ao recebimento da(s) NOTA(S) FISCAL(IS) para despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, observado o disposto no seu §1º, ou a 30 (trinta) dias úteis contados do recebimento da NOTA FISCAL, para os demais casos. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ORDEM BANCÁRIA para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212/1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/ME 05/2017, quando couber.

É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão CONTRATANTE, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

##### 4.1.3.2 Do eventual atraso no pagamento

Na forma da Lei, a CONTRATADA tem direito ao pagamento de compensação financeira incidente sobre os valores das parcelas pagas com atraso imputável, exclusivamente, à ADMINISTRAÇÃO e desde que não tenha concorrido de alguma forma para tanto – nos termos do art. 15 da Lei nº 10.192/2001 e do art. 54 da Lei nº 8.666/1993, calculada da seguinte forma:

$$\text{Encargos Moratórios} = I \times N \times VP$$

Onde:

*I* = Índice de compensação financeira (cujo valor é de 0,00016438)

*N* = números de dias decorridos entre a data prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

*VP* = valor da parcela sobre a qual incidirão os encargos moratórios

#### 4.1.3.3 Da eventual constatação de irregularidades no SICAF

Nos termos do item 5.1.3, antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no EDITAL. Constatando-se a situação de IRREGULARIDADE da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS ÚTEIS, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

A consulta ao SICAF tem por objetivo identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.

#### 4.1.4 Da aplicação dos instrumentos de mediação de resultados

Será REJEITADO, no todo ou em parte, o serviço ou entregável fornecido em desacordo com as especificações constantes deste TERMO DE REFERÊNCIA e seus ANEXOS. Ainda, conforme o art. 69 da Lei 8.666/1993, a CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do CONTRATO em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

Só haverá o RECEBIMENTO DEFINITIVO (HOMOLOGAÇÃO), após a análise da qualidade dos serviços, em face da aplicação dos critérios de qualidade e da verificação dos níveis mínimos de serviço, resguardando-se ao CONTRATANTE o direito de não receber o objeto cuja qualidade seja comprovadamente baixa – situação em que poderão ser aplicadas à CONTRATADA as penalidades previstas em lei, neste TERMO DE REFERÊNCIA e no CONTRATO. Quando for caso, a empresa será convocada a refazer todos os serviços rejeitados, sem custo adicional.

##### 4.1.4.1 Das eventuais reduções à remuneração

Nos termos do Anexo V da IN-05/2017/SEGES/ME, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

- a) Não produziu os resultados acordados;
- b) Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- c) Deixou de utilizar os materiais e/ou recursos humanos exigidos para a execução do serviço e/ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

A aplicação de descontos/glosas em função do descumprimento de critérios de qualidade, avaliação de resultados e/ou níveis mínimos de serviço exigidos não concorre com a aplicação (concomitante ou não) das sanções administrativas previstas em CONTRATO, inclusive daquelas previstas em função do reiterado descumprimento dos critérios de qualidade do serviço, sendo essa uma prerrogativa da Administração.

##### 4.1.4.2 Dos procedimentos de testes e inspeções

A CONTRATANTE reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas à prestação dos serviços contratados, sendo obrigação da CONTRATADA acolhê-las.

Quando não listados nesse Termo de Referência e/ou em seus Encartes, os procedimentos de testes e inspeções estarão descritos nas metodologias técnicas associadas a cada grupo/lote do objeto.

##### 4.1.4.3 Da origem e forma de obtenção de informações para a gestão e a fiscalização

Durante a execução contratual será mantido histórico de gestão do CONTRATO, contendo registros formais de todas as ocorrências positivas e negativas da execução, por ordem histórica, a cargo do GESTOR do CONTRATO.

Após a assinatura do CONTRATO e indicação formal dos responsáveis por sua gestão e fiscalização, será elaborado referencial com base no MODELO DE GESTÃO com definição dos processos de fiscalização do CONTRATO, contendo a metodologia de fiscalização,

os documentos ou as ferramentas, computacionais ou não, e controles adotados, recursos materiais e humanos disponíveis e necessários à fiscalização, entre outros.

## 4.2 Das sanções administrativas

A finalidade das sanções administrativas em licitações e contratos públicos é responder à prática de infração administrativa cometida pelo sancionado – podendo ter caráter preventivo, educativo, repressivo e/ou reparativo (quando se busca a reparação de danos ao erário público). Nos termos da LEI Nº 10.520/2002 e a Portaria MEC nº 120/2016 comete infração administrativa a CONTRATADA que:

- a) Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) falhar ou fraudar a execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

As sanções administrativas fixadas nas normas, aplicadas aos LICITANTES e CONTRATADOS, são as seguintes:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- e) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e o descredenciamento no Sistema de Cadastramento de Fornecedores – SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993, e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784, de 29/01/1999.

Conforme previsto no art. 40 da Instrução Normativa nº 03, de 26 de abril de 2018, que estabelece normas para o funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais – SISG, as sanções descritas são passíveis de registro no SICAF.

### 4.2.1 Da sanção de advertência

A sanção de advertência consiste em uma comunicação formal à CONTRATADA, após a instauração do processo administrativo sancionador, sendo aplicada quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves – assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado.

A advertência deve conter o apontamento do fato gerador, determinando que seja sanada a impropriedade e notificando que, em caso de reincidência, sanção mais elevada poderá ser aplicada.

### 4.2.2 Da sanção de multa

A sanção pecuniária de MULTA será aplicada em caso de atraso injustificado no cumprimento de obrigação contratual e/ou em decorrência da inexecução parcial ou total do objeto da contratação, nos termos do art. 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, e/ou na reincidência de faltas punidas por advertência, e demais vedações que não tipifiquem infração sujeita à suspensão temporária de participação em licitação, declaração de inidoneidade e impedimento de licitar e contratar com a Administração Federal, e será aplicada nos seguintes percentuais conforme definido pela Portaria MEC Nº 120, DE 9 DE MARÇO DE 2016:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações contratuais administrativas, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida, até o limite de 9,9%, que corresponde a até trinta dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações contratuais administrativas, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar trinta dias;

III – até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, no cumprimento de quaisquer obrigações contratuais administrativas, sem prejuízo da aplicação do disposto no art. 11 da Portaria MEC nº 120/2016, cumulativamente;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente e/ou entrega da garantia contratual, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

V - 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota desempenho, pela inexecução total do contrato.

A multa (de mora) será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666, de 1993, e será executada após regular processo administrativo, consoante o art. 7º da Portaria MEC nº 120/2016, observada a seguinte ordem:

- Mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;
- Mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e
- Mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte. As sanções de advertência, suspensão e inidoneidade poderão ser aplicadas juntamente com a multa, conforme § 2º do art. 87 de Lei nº 8.666, de 1993.

No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia e/ou prazo recursal, a Contratante poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão, caso não obtenha sucesso na execução da garantia ofertada. Caso a defesa prévia e/ou recurso seja aceito, ou aceito parcialmente, pela Contratante, o valor retido correspondente será depositado em favor da Contratada, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final.

Ao exceder o limite máximo admitido de infrações durante a vigência contratual OU mediante o reiterado descumprimento de critérios de qualidade e/ou níveis mínimos de serviço exigidos OU diante da reiterada aplicação de sanções contratuais, a ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE deverá avaliar a possibilidade de promover a rescisão do CONTRATO em função da INEXECUÇÃO TOTAL ou PARCIAL do OBJETO, da perda de suas funcionalidades e da comprovada desconformidade com os critérios mínimos de qualidade exigidos – ressalvada a aplicação adicional de outras sanções administrativas cabíveis, respeitados os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da ampla defesa e do contraditório.

A multa listada na alínea “III”, incidirá sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% do valor total adjudicado, conforme detalhamento constante no **QUADRO 11** e no **QUADRO 12** a seguir, acima será aplicada segundo os seguintes graus de escalonamento:

Quadro 11: Relação de gradação e correspondência de valores para aplicação de multas.

| Gradação de correspondência para aplicação da sanção de multa |   |       |
|---|---|-------|
| Grau  | Correspondência                                     | Nível |
| 1   | Multa de 0,50% sobre o valor da parcela inadimplida | BAIXO |
| 2   | Multa de 1,00% sobre o valor da parcela inadimplida | MÉDIO |
| 3   | Multa de 2,50% sobre o valor da parcela inadimplida | ALTO  |
| 4   | Multa de 5,00% sobre o valor da parcela inadimplida | GRAVE |

Dentre as demais previsões contidas na legislação aplicável, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação da multa listada na alínea “III” acima, de acordo com os níveis de gradação definidos, quando for observada a ocorrência das seguintes infrações, sendo que penalidades decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si:

Quadro 12: Relação de infrações e gradação de referência para aplicação da sanção de multa

| Eventos de referência passíveis da aplicação da sanção de multa |  |   |      |
|---|--|---|------|
| Id  | Descrição das intercorrências de infração contratual   | Métrica   | Grau |
| IIC-01  | Deixar de providenciar treinamento para seus funcionários, caso previsto na relação de obrigações da CONTRATADA.   | Por evento/infração e/ou por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação. | 1    |
| IIC-02  | Emitir Nota Fiscal sem autorização de faturamento pelo Gestor do Contrato E/OU atrasar a apresentação de Nota Fiscal sem justificativa, em desacordo com o fluxo de fiscalização pactuado. | Por evento/infração e/ou por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação. | 1    |



| Eventos de referência passíveis da aplicação da sanção de multa |   |   |      |
|---|---|---|------|
| Id  | Descrição das intercorrências de infração contratual  | Métrica   | Grau |
| IIC-03  | Deixar de cumprir os requisitos legais, sociais e ambientais relacionados ao objeto contratado, conforme previsto nos requisitos da contratação E/OU deixar de cumprir qualquer outra obrigação contratual explícita ou derivada E/OU deixar de atender a qualquer outro requisito específico dos serviços contratados (explícitos ou derivados).   | Por evento/infração e/ou por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação. | 2    |
| IIC-04  | Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada E/OU recusar-se a apresentar documentos complementares relacionados à sua habilitação, documentação fiscal, documentação trabalhista e/ou documentação previdenciária, quando solicitado.   | Por evento/infração e/ou por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação. | 2    |
| IIC-05  | Executar, durante a vigência contratual, serviço incompleto ou paliativo como por permanente E/OU deixar de realizar a complementação de serviço em razão de incompletude E/OU situação correlata.  | Por evento/infração e/ou por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação. | 2    |
| IIC-06  | Permitir que seus funcionários realizem atividades sem a identificação obrigatória ou sem a utilização de EPI - Equipamento de Proteção Individual (quando o uso de tais equipamentos for necessário) E/OU permitir situação que crie possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais E/OU não instalar EPC (Equipamento de Proteção Coletiva), quando necessário. | Por evento/infração e/ou por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação. | 2    |
| IIC-07  | Utilizar as dependências ou os recursos do CONTRATANTE para fins estranhos à execução do objeto do CONTRATO E/OU executar o objeto em desacordo com as instruções e normas internas do CONTRATANTE.   | Por evento/infração e/ou por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação. | 2    |
| IIC-08  | Deixar de cumprir determinação ou instrução formal do CONTRATANTE, inclusive as emitidas pela equipe de fiscalização do CONTRATO.   | Por evento/infração e/ou por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação. | 3    |
| IIC-09  | Deixar de cumprir horários relacionados à prestação dos serviços E/OU deixar de cumprir critérios de disponibilidade E/OU deixar de cumprir requisitos de cobertura ou quaisquer outros requisitos obrigatórios dos serviços contratados, conforme estabelecido em CONTRATO ou determinado, por escrito, pelo CONTRATANTE.  | Por evento/infração e/ou por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação. | 3    |
| IIC-10  | Recusar-se a entregar ao CONTRATANTE qualquer documentação amparada pelo objeto do CONTRATO ou prevista nas obrigações da CONTRATADA, ou entregá-la com de forma incompleta ou com atraso E/OU fornecer propositalmente, durante a execução contratual, informação incorreta, incompleta ou falsa.  | Por evento/infração e/ou por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação. | 3    |
| IIC-11  | Recusar-se a executar serviço amparado pelo objeto do CONTRATO E/OU recusar-se a corrigir erros ou falhas na execução dos serviços contratados, incluindo o cumprimento da garantia técnica.  | Por evento/infração e/ou por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação. | 3    |
| IIC-12  | Utilizar ou manter na execução direta dos serviços, durante a vigência contratual, funcionário que não atenda aos requisitos mínimos exigidos para o respectivo perfil profissional E/OU deixar de efetuar sua substituição após notificação pelo CONTRATANTE.  | Por evento/infração e/ou por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação. | 3    |
| IIC-13  | Utilizar ou manter na execução direta dos serviços, durante a vigência contratual, funcionário que imprima conduta inconveniente, incompatível com suas atribuições, em desacordo às normas legais e/ou descordo às normas internas estabelecidas pelo CONTRATANTE.   | Por evento/infração e/ou por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação. | 3    |
| IIC-14  | Agir com dolo ou má-fé durante a execução contratual perante os compromissos assumidos contratualmente E/OU praticar atos de má-fé ciente das consequências que possam vir a ocorrer E/OU praticar de modo a beneficiar-se indevidamente dos resultados.  | Por evento/infração e/ou por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação. | 4    |
| IIC-15  | Deixar de efetuar o pagamento de salários, vale transporte, vale refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas de sua responsabilidade relacionadas à execução do CONTRATO.   | Por evento/infração e/ou por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação. | 4    |
| IIC-16  | Descumprir reiteradamente critérios de qualidade e/ou níveis mínimos de serviço exigidos, salvo motivo de força maior ou caso fortuito devidamente justificado, resultando na indisponibilidade dos serviços contratados e/ou no comprometimento dos benefícios e funcionalidades da contratação.   | Por evento/infração e/ou por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação. | 4    |

| Eventos de referência passíveis da aplicação da sanção de multa |   |   |      |
|---|---|---|------|
| Id  | Descrição das intercorrências de infração contratual  | Métrica   | Grau |
| IIC-17  | Destruir ou danificar equipamentos ou documentos de propriedade do CONTRATANTE E/OU expor o ambiente tecnológico do CONTRATANTE a riscos de Segurança da Informação, por culpa ou dolo de seus agentes.   | Por evento/infração e/ou por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação. | 4    |
| IIC-18  | Manipular, por quaisquer meios ou estratégias, indicadores de níveis de serviço e/ou relatórios de serviço e/ou bases de dados das ferramentas gerenciais de modo a alterar e/ou interferir indevidamente nos resultados dos serviços prestados e/ou nas avaliações de qualidade e/ou nos indicadores de níveis de serviço. | Por evento/infração e/ou por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação. | 4    |
| IIC-19  | Recusar, suspender ou interromper a prestação dos serviços contratados, salvo motivo de força maior ou caso fortuito devidamente justificado.   | Por evento/infração e/ou por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação. | 4    |
| IIC-20  | Recusar, suspender, interromper ou retardar a apresentação da equipe e/ou de perfis profissionais exigidos para execução contratual e/ou autorizar a atuação de perfis na execução contratual sem prévia aprovação do Contratante.  | Por evento/infração e/ou por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação. | 4    |

As sanções de advertência, suspensão e inidoneidade poderão ser aplicadas juntamente com a multa, conforme § 2º do art. 87 de Lei nº 8.666, de 1993.

Ao exceder o limite máximo admitido de infrações durante a vigência contratual OU mediante o reiterado descumprimento de critérios de qualidade e/ou níveis mínimos de serviço exigidos OU diante da reiterada aplicação de sanções contratuais, a ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE deverá avaliar a possibilidade de promover a rescisão do CONTRATO em função da INEXECUÇÃO TOTAL ou PARCIAL do OBJETO, da perda de suas funcionalidades e da comprovada desconformidade com os critérios mínimos de qualidade exigidos – ressalvada a aplicação adicional de outras sanções administrativas cabíveis, respeitados os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da ampla defesa e do contraditório.

#### 4.2.3 Da sanção de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão

A sanção de suspensão de participar em licitações e contratar com o órgão sancionador suspende o direito do sancionado de participar dos procedimentos licitatórios promovidos no âmbito do órgão responsável pela aplicação da sanção por prazo não superior a 02 (dois) anos. A previsão legal está inserida no inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

#### 4.2.4 Da sanção de impedimento de licitar e contratar com os órgãos e entidades da União

A aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar com os órgãos e entidades da União, prevista no art. 7º da Lei 10.520/2002, impossibilitará o sancionado de participar de licitações e formalizar contrato no âmbito interno do ente federativo que aplicar a sanção – no presente caso, a União.

Com fundamento na Portaria nº 120/2016, do Ministério da Educação, no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e no art. 49 do Decreto nº 10.024/2019, ficará impedida(s) de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas neste Termo/Contrato e demais cominações legais a(s) CONTRATADA(S) que:

- Apresentar documentação falsa;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- Deixar de entregar a documentação exigida no edital;
- Não assinar o termo de contrato e/ou ata de registro de preços ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- Não manter proposta;
- Comportar-se de modo inidôneo;
- Fizer declaração falsa;
- Cometer fraude fiscal; ou
- Incorrer em qualquer prática vedada pela Portaria MEC nº 120/2016.



Ainda, nos termos do art. 49 do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, que “regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal”, temos que:

Art. 49. Ficará impedido de licitar e de contratar com a União e será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

I - Não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;

II - Não entregar a documentação exigida no edital;

III - Apresentar documentação falsa;

IV - Causar o atraso na execução do objeto;

V - Não manter a proposta;

VI - Falhar na execução do contrato;

VII - Fraudar a execução do contrato;

VIII - Comportar-se de modo inidôneo;

IX - Declarar informações falsas; e

X - Cometer fraude fiscal.

§ 1º As sanções descritas no caput também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

§ 2º As sanções serão registradas e publicadas no Sicaf.

O descredenciamento no Sistema de Cadastramento de Fornecedores do Governo Federal (SICAF) se dará com a aposição da situação “inativo” sobre os dados do fornecedor no sistema, em consequência da aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar com a União, em conformidade com o art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

#### 4.2.5 Da sanção de declaração de inidoneidade

A sanção de declaração de inidoneidade impossibilitará o sancionado de participar de licitações e formalizar contratos com todos os órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e vigorará enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE pelos prejuízos causados.

Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

#### 4.2.6 Das considerações finais acerca das sanções administrativas

Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e/ou
- demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à

apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

## Seção III – Da estimativa de preços e do orçamento da contratação

### 5 Estimativa de preços e adequação orçamentária da contratação

#### 5.1 Estimativa de preços

A estimativa de preço da contratação foi realizada pela EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO para elaboração do orçamento detalhado, composta por preços unitários e fundamentada em PESQUISA DE PREÇOS realizada em conformidade com os procedimentos administrativos estabelecidos na Instrução Normativa SGD/ME nº 01/2019, e suas atualizações.

Os documentos utilizados para embasar a pesquisa de preços integram o respectivo Processo Administrativo, dos quais obteve-se o seguinte resultado consolidado:

Quadro 13: Resumo da estimativa de preços da contratação

| Estimativa de preços da contratação |      |   |        |                                   |                     |  |                 |
|-------------------------------------|------|---|--------|-----------------------------------|---------------------|--|-----------------|
| Grupo                               | Item | Descrição Do Item   | Catser | Unidade                           | Quantidade estimada | Valores máximos estimados<br>(Em Reais / Por Item) |                 |
|                                     |      |   |        |                                   |                     | UNITÁRIO (R\$)                                     | TOTAL (R\$)     |
| 1                                   | 1    | Subscrição de solução de software de segurança e monitoração de atividades em banco de dados ( <i>Database Activity Monitoring - DAM</i> ), conforme requisitos especificados.                        | 24333  | Subscrição Anual – Banco de Dados | 100                 | R\$89.825,47                                       | R\$8.982.547,00 |
|                                     | 2    | Serviços agregados de operação assistida para a solução de segurança e monitoração de atividades em bancos de dados ( <i>Database Activity Monitoring - DAM</i> ), conforme requisitos especificados. | 27260  | Horas de Serviço Técnico          | 2.016               | R\$392,00  | R\$790.272,00   |
| Valor global estimado:              |      |   |        |                                   |                     |  | R\$9.772.819,00 |

#### 5.2 Adequação orçamentária

Os recursos orçamentários, para fazer frente às despesas desta contratação serão definidos de acordo com o art. 7º § 2º do Decreto nº 7.892/2013, in verbis:

"Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil".

A adoção do Sistema de Registro de Preços – SRP, conforme Orientação Normativa AGU nº20, de 1º de abril de 2009 ("Na Licitação para Registro de Preços, a indicação da dotação orçamentária é exigível apenas antes da assinatura do contrato").

## Seção IV - Da forma de seleção do fornecedor

### 6 Seleção do Fornecedor

Na forma dos arts. 23 e 25 da IN/01//2019/SGD-ME, são apresentados a seguir as definições a serem aplicadas na fase de SELEÇÃO DO FORNECEDOR, observando-se as demais disposições legais e normativas aplicáveis às contratações públicas.

#### 6.1 Da modalidade de licitação e do critério de julgamento

Considerando a natureza dos bens e/ou serviços pretendidos, o disposto no §1º do art. 1º do DECRETO Nº 10.024/2019 e o disposto no § único do art. 26 da INSTRUÇÃO NORMATIVA SGD/ME Nº 01, de 04 de abril de 2019, a licitação será realizada na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, com previsão de utilização do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Será adotado para o envio de lances o MODO DE DISPUTA ABERTO, na forma do disposto no art. 32 do Decreto nº 10.024/2019, no qual as licitantes apresentam lances públicos e sucessivos, com prorrogações, na forma do Edital.

##### 6.1.1 Da participação de consórcios e cooperativas

A admissão ou não de consórcio de empresas e cooperativas em licitações públicas é competência discricionária do Administrador, devendo este exercê-la sempre mediante justificativa fundamentada. Assim, considerando que nenhum dos lotes/grupos que compõem a pretensão contratual são considerando de grande vulto e que o objeto é constituído de serviços comuns com características homogêneas, entendemos não haver qualquer restrição ao universo de potenciais licitantes – havendo no mercado competidores individuais em número suficiente para garantir a competitividade do certamente, tanto em termos de quantidade e como de capacidade técnica. Portanto, considerando as características do objeto, **não será admitida a participação de consórcios e cooperativas.**

##### 6.1.2 Da aplicação de direitos de preferência e margens de preferência

Nos termos da legislação vigente, conforme previsão em Edital, nas aquisições de bens e serviços de informática e automação definidos pela Lei nº 8.248, de 1991, será assegurado o direito de preferência conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010. Sendo que as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

##### 6.1.3 Da utilização do Sistema de Registro de Preços

A Lei nº 8.666/1993, em seu inc. II do art. 15, estabelece que “as compras, sempre que possível, deverão ser processadas através de sistema de registro de preços” - assim definido como o “conjunto de procedimentos para registro forma de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens para contratações futuras” (Decreto nº 7.892/2013, art. 1º, I). À luz do princípio da eficiência, o SRP tem por escopo instrumentalizar meios para aquisição parcelada de bens e serviços pela Administração Pública, sendo, portanto, compatível com a modalidade Pregão Eletrônico (Lei nº 10.520/02, art. 11). Ainda, de acordo com o disposto no Decreto nº 7.892/2013, a utilização do Sistema de Registro de Preços deve enquadrar-se nas seguintes hipóteses:

Art. 3º - O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

- I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;
- II - quando o for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;
- III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou
- IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.”

Desta forma, a utilização do SRP, dar-se-á principalmente pelo fato de que o fornecimento dos bens e serviços previstos neste Termo de Referência, poderão ocorrer em momentos distintos, de acordo com a disponibilidade orçamentária.

Ressalta-se, porém, que de acordo com as previsões contidas no art. 16 do Decreto nº 7.892/2013, a existência de preços registrados não obriga a Administração Pública a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

##### 6.1.3.1 Da não divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP)

A Intenção de Registro de Preços (IRP) tem como finalidade permitir à Administração tornar pública suas intenções de realizar Pregão ou Concorrência para Registro de Preços, com a participação de outros órgãos governamentais que tenham interesse em contratar o mesmo objeto, possibilitando auferir melhores preços por meio de economia de escala.

Quanto à obrigatoriedade de divulgação da IRP, registra-se que o Decreto nº 7.892/2013, com a alteração trazida pelo Decreto nº 8.250/2014, abrandou tal exigência, como se observa a partir da leitura do seguinte dispositivo legal:

Art. 4º (...)

§1º A divulgação da intenção de registro de preços poderá ser dispensada, de forma justificada pelo órgão gerenciador.

(Redação dada pelo Decreto nº 8.250, de 2014).

Assim, vislumbra-se que, embora seja regra a divulgação da Intenção de Registro de Preços pelos órgãos e entidades do SISG, em razão da finalidade de tal procedimento, é perfeitamente cabível o seu afastamento, desde que haja justificativa adequada.

No caso em questão, o MEC optou-se pela **não divulgação da Intenção de Registro de Preços** em virtude dos aspectos técnicos e requisitos que envolvem a execução dos serviços e considerando o grau de interação do conjunto de serviço técnico descrito no ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO, natureza específica, caráter contínuo, características de especificidade, aliada a criticidade e complexidade que envolve a prestação de serviço desta contratação, bem como a ausência de estrutura administrativa satisfatória para fins de gerenciamento de demandas advindas de outros órgãos interessados na contratação.

#### 6.1.3.2 Da Ata de Registro de Preços

Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário e os licitantes que aceitarem cotar preços iguais aos deste, o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em Edital.

Alternativamente à convocação para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada.

Será realizado, de forma periódica ou quando necessário, pesquisa de mercado para comprovar que o uso da Ata de Registro de Preços ainda é vantajoso para o Ministério da Educação.

#### 6.1.3.3 Do Cancelamento dos preços registrados

O proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, caso ocorra as hipóteses dos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892, de 2013, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.

## 6.2 Dos critérios técnicos de habilitação

Será requerido das empresas LICITANTES, para fins de HABILITAÇÃO TÉCNICA, mediante apresentação de documentação hábil, a demonstração do atendimento ao seguinte conjunto de requisitos mínimos, aqui fixados como **critérios de habilitação**:

- Comprovação de sua capacidade técnico-operacional para execução do objeto, mediante apresentação de ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA, nos termos do item 6.2.1 (p. 23);
- Apresentação de PROPOSTA TÉCNICA E DE PREÇOS, nos termos do item 6.2.2 (p. 25); e
- Apresentação de DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA ou DECLARAÇÃO DE OPÇÃO POR NÃO REALIZAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA, nos termos do item 6.2.3 (p. 25).

A LICITANTE será considerada inabilitada caso não comprove inequívoco atendimento aos critérios técnicos de habilitação e/ou deixe de apresentar quaisquer dos documentos obrigatórios exigidos para a habilitação e/ou apresente documentos em desacordo com o estabelecido, não se admitindo complementação posterior (exceto àquelas requisitadas em procedimento de DILIGÊNCIA). Durante a avaliação documental poderá o CONTRATANTE solicitar prazo adicional com o objetivo de promover análise minuciosa dos documentos apresentados. Ainda, na forma do art. 48 da LEI Nº 8666/1993:

Art. 48. Serão desclassificadas:

I - As propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação;

II - Propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994).

É facultado ao CONTRATANTE a instauração de diligência destinada a esclarecer ou a confirmar a veracidade das informações prestadas pela CONTRATADA na fase de habilitação técnica, incluindo todos os eventuais documentos anexados.

#### 6.2.1 Da comprovação da capacidade técnico-operacional

Para efeito de qualificação técnica, a LICITANTE deve demonstrar sua aptidão e capacidade técnico-operacional mínima adequada para a execução do OBJETO pretendido mediante comprovação de prestação bem-sucedida de serviços em características e quantidades compatíveis com a presente licitação, mediante apresentação de um ou mais ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA que deverão comprovar o atendimento aos seguintes requisitos mínimos:

| Requisitos de capacidade técnica |  |
|----------------------------------|--|
| Lote / Requisito                 | Parâmetro de comprovação da capacidade técnico-operacional   |
| 1-A                              | Fornecimento de solução de TIC compatível com o objeto da pretensão contratual em volume correspondente a, no mínimo de 30% do quantitativo individual previsto para o item 1 <sup>5</sup> . |
| 1-B                              | Execução de serviços de projeto, implantação, operação assistida e suporte técnico-operacional (ou serviços agregados similares) compatíveis com o objeto da pretensão contratual.           |

Os ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA devem atender, ainda, ao seguinte:

- Os ATESTADOS devem evidenciar explicitamente a execução de objeto compatível ao objeto da presente licitação - contendo descrição adequada, clara e suficiente do(s) serviço(s) executado(s) ou em execução;
- Os ATESTADOS devem conter a identificação do(s) contrato(s) vinculado(s) e do(s) período(s) a que se referem os serviços executados, podendo considerar contratos já executados ou em execução<sup>6</sup>;
- Os ATESTADOS deverão referir-se a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal ou secundária especificada no contrato social vigente do LICITANTE; e
- Será admitido o somatório de ATESTADOS para comprovar a capacidade técnico-operacional do LICITANTE.

Visando garantir a razoabilidade e a ampliação da competitividade do certame serão admitidos apenas atestados que comprovem a execução de objeto/serviços compatíveis com o da presente pretensão contratual, em características e quantidades, ainda que as atividades executadas não estejam listadas de forma idêntica àquelas previstas neste Termo de Referência, devendo tal compatibilidade restar suficientemente clara nos ATESTADOS e/ou nos seus documentos complementares.

A critério do CONTRATANTE, nas situações em que julgar necessário, poderão ser realizadas **inspeções e diligências** com a finalidade de entender, esclarecer e/ou comprovar as informações contidas no(s) ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA entregue(s) – nos termos do §3º do art. 43 da Lei nº 8.666/1993. Assim como poderão ser solicitadas cópias de **documentos complementares** como contratos, notas fiscais e notas de empenho. Porém, não serão executadas diligências para acrescentar informações obrigatórias ausentes no(s) atestado(s) apresentado(s).

A eventual recusa do(s) emitente(s) do(s) ATESTADO(S) em prestar esclarecimentos e/ou fornecer documentos comprobatórios, ou sofrer diligências, ou a constatada inexistência das informações atestadas, **desconstituirá** o(s) ATESTADO(S) – o que poderá, inclusive, configurar prática criminosa, ensejando comunicação ao Ministério Público Federal e abertura de Processo Administrativo Disciplinar, conforme o caso, para fins de apuração de responsabilidades.

No caso de atestados emitidos por empresas privadas, **não serão admitidos** aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial<sup>7</sup> da empresa proponente. São consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial as empresas controladas ou controladoras da CONTRATADA proponente, ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócia ou possua vínculo com a empresa emitente. Ainda, com respeito aos ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA:

- Devem estar relacionados ao objeto da licitação;
- Devem ser pertinentes e compatíveis às características, quantidades e prazos exigidos na licitação;
- Poderão ser fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, com correta identificação do emissor;
- Devem ser emitidos sem rasuras, acréscimos ou entrelinhas;
- Devem estar assinados por quem tenha competência para expedi-los, tais como representantes legais do órgão/empresa, diretores, gerentes e representantes formais das áreas técnica ou demandante (sem se limitar a esses);
- Devem conter identificação clara e suficiente do Atestante;
- Devem apresentar redação clara, sucinta e objetiva que demonstre de forma inequívoca o atendimento ao objeto da requisição.

<sup>5</sup> Para o **item 1** (solução de software) será exigida a comprovação de fornecimento, instalação, configuração e manutenção de solução compatível com o objeto pretendido com capacidade mínima de 30 (trinta) hosts/bancos de dados – o que corresponde a 30% do volume previsto para o item.

<sup>6</sup> Tal exigência visa a evitar que o somatório de atestados acumulados durante longo período atinja o quantitativo mínimo exigido, não resultando, porém, na comprovação da efetiva capacidade logística e operacional do LICITANTE para executar o objeto (Acórdãos TCU nº 2.048:2006-Plenário e 1.287:2008-Plenário).

<sup>7</sup> Grupo de empresas mantido sob a direção, controle ou administração de outra, embora tendo, cada uma delas, personalidade jurídica própria e autonomia individual, constituindo grupo industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica.

Convém destacar que, na análise dos atestados de capacidade técnica, o CONTRATANTE primará pela finalidade precípua da exigência, qual seja: a demonstração de que os licitantes possuem condições técnicas para executar o objeto pretendido pela Administração caso venha a sagrar-se vencedor da licitação. Assim, preservada a aderência aos ditames legais e constitucionais fundamentais, o exame documental balizar-se-á nos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e do formalismo moderado – o que, por óbvio, não significa que serão admitidos quaisquer informalismos.

### 6.2.2 Da proposta técnica e de preços

A **PROPOSTA DE PREÇOS** contendo o resumo das condições comerciais proposta deverá ser apresentada de acordo com o modelo do **APÊNDICE 03** (pág. 49) para os Itens 01 e 02 do Lote 1 (itens 1 e 2), observando estritamente a descrição dos itens e os quantitativos listados, sendo que, em ambos os casos, deverá ser observada a validade mínima não inferior a **90 (noventa) dias corridos** a partir da data da sessão pública.

Nos preços cotados deverão estar incluídas todas as despesas direta e indiretamente envolvidas na execução dos serviços, tais como (não se limitando a): transporte, seguros, salários, encargos sociais, encargos fiscais e taxas comerciais, impostos, taxas de contribuição, tarifas públicas e quaisquer outros custos, quando aplicáveis, necessários ao integral cumprimento do objeto contratado. Deverão estar contidos ainda todos os custos marginais referentes aos profissionais eventualmente designados para a prestação dos serviços, tais como (não se limitando a): deslocamentos, hospedagens, treinamentos etc.

A LICITANTE deverá declarar, no momento de sua PROPOSTA, que possui capacidade técnica adequada para executar o objeto da licitação atendendo aos critérios de qualidade e aos níveis de serviço exigidos, cumprindo os requisitos especificados para a presente contratação – comprometendo-se a manter produtividade mínima mensal não inferior a 1/12 (um doze avos) do quantitativo global previsto para a contratação, por GRUPO.

Conforme recomendado ao Ministério da Educação pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão nº 11135/2019 – 1ª Câmara, junto à PROPOSTA DE PREÇOS a LICITANTE deverá **obrigatoriamente** encaminhar **DEMONSTRATIVO DE CÁLCULO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS** dos serviços objeto da PROPOSTA em nível de detalhamento que permita a identificação de todos os recursos produtivos utilizados (insumos), com as respectivas quantidades e custos unitários e totais.

Considerando o disposto no item 2.1 do ANEXO VII-B da Instrução Normativa 05/2017/SEGES, quando houver custos com mão de obra, na composição da memória de cálculo os benefícios mínimos obrigatórios e seus respectivos valores a serem concedidos pela contratada a seus empregados deverão ser aqueles previstos em Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho da(s) categoria(a)s correspondente(s).

A PROPOSTA deverá ser redigida em no idioma Português (pt-BR), salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, sendo clara e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado, com todos os preços expressos em REAIS (R\$) e declaração expressa de que os serviços ofertados atendem aos requisitos técnicos especificados no TERMO DE REFERÊNCIA.

O LICITANTE é o único responsável pelas informações contidas em sua proposta, incluindo aquelas sobre tributos. Não caberá qualquer reivindicação para majoração de preços em virtude de possíveis equívocos cometidos. Firmado o CONTRATO, será admitida correção/alteração de preços quando houver alteração da respectiva legislação tributária que rege a operação objeto do instrumento contratual OU quando tais alterações se derem após a data estabelecida para apresentação da PROPOSTA.

### 6.2.3 Da vistoria técnica

Para o correto dimensionamento e elaboração de PROPOSTAS, os LICITANTES deverão realizar VISTORIA TÉCNICA nas instalações citadas no item 6.2.3 (p. 25) acima, acompanhado por servidor designado para esse fim. Quando autorizadas, as VISTORIAS TÉCNICAS poderão ser realizadas em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário entre **09:00 horas e 18:00 horas**, com duração estimada de **01 (uma) hora**, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone **(61) 2022-2113/2713** ou, preferencialmente, através do e-mail **stic.gpa@mec.gov.br**.

Na VISTORIA TÉCNICA serão apresentadas aos LICITANTES interessados as seguintes informações – cujo nível de sensibilidade ou detalhamento não permitem sua divulgação junto a esse TERMO DE REFERÊNCIA:

- a) Apresentação do modelo e dos requisitos da contratação, com base dos documentos do Edital;
- b) Detalhamento e esclarecimento de dúvidas sobre ambiente tecnológico e a central de processamento de dados do CONTRATANTE onde será implantada a solução e os serviços serão executados;
- c) Esclarecimento de eventuais dúvidas e questionamentos elaborados pelos LICITANTES acerca do presente TERMO DE REFERÊNCIA e das demais informações prestadas durante a VISTORIA TÉCNICA.

O prazo para VISTORIA iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública. Para a realização da VISTORIA, o licitante e/ou o seu representante, deverão estar devidamente identificados.



Para fins de **qualificação técnica** a realização da VISTORIA TÉCNICA deverá ser comprovada mediante apresentação pelo LICITANTE, junto com os demais documentos de habilitação técnica, de DECLARAÇÃO DE VISTORIA assinada pelo servidor responsável, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN-05/2017/SEGES/ME.

Considerando a jurisprudência recente do Tribunal de Contas da União (TCU), tais como o Acórdão nº 730/2019-Plenário, fica franqueado aos LICITANTES a alternativa de apresentação de DECLARAÇÃO DE OPÇÃO POR NÃO REALIZAÇÃO DE VISTORIA, sem prejuízo à consecução do OBJETO.

### 6.3 Critérios de aceitabilidade de preços unitários e globais

Os critérios de aceitabilidade de preços globais e unitários serão aqueles apresentados no QUADRO 13 - Lote 1 (itens 1 e 2), que trata da estimativa de preços da contratação, disponíveis no item 5.1 deste Termo de Referência.

Não serão aceitos PREÇOS IRRISÓRIOS E/OU INEXEQUÍVEIS, cabendo à Administração a faculdade de promover verificações, através de pedido de esclarecimentos, apresentação de documentações complementares ou por meio de diligências necessárias, na forma do § 3º art. 43 da Lei nº 8.666/93:

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

[...]

§3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Para fins de aplicação na fase de análise das propostas de preço, considerar-se-á que são POTENCIALMENTE INEXEQUÍVEIS aquelas propostas que inviabilizem a execução do CONTRATO, por apresentarem preços que não reflitam os custos dos insumos necessários e tributos incidentes, em bases de mercado – sendo adotadas como linha de base para análise as referências apresentadas no ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR da presente contratação. Havendo indício de inexequibilidade e/ou identificadas inconsistências nos cálculos do Demonstrativo de Custos e Formação de Preços da proposta, serão instauradas tantas quantas diligências forem necessárias para que as licitantes ofertantes possam comprovar sua exequibilidade e/ou para que as áreas competentes tenham segurança suficiente para decidir por sua classificação/desclassificação.

Para comprovar exequibilidade, as LICITANTES deverão apresentar justificativas fundamentadas em arcabouço documental que comprovem a viabilidade e a compatibilidade dos valores ofertados com sua estrutura de custos e despesas necessários à completa execução do objeto contratual, sendo garantido tratamento sigiloso aos documentos apresentados (se assim a legislação exigir). Meras alegações sem base documental não constituirão elementos capazes de comprovar exequibilidade.

São exemplos de documentações complementares que poderão ser solicitadas das LICITANTES para embasar a análise de exequibilidade e/ou inexequibilidade dos preços ofertados:

- a) CONTRATO(S) e FATURA(S) com objetos e preços compatíveis aos ofertados pelas LICITANTES para a presente contratação, acompanhado(s) de notas fiscais e declaração(ões) de CONTRATANTES que comprovem a execução satisfatória do objeto;
- b) MEMÓRIAS DE CÁLCULO, registros profissionais ou evidências documentais que comprovem a viabilidade do valor ofertado, baseando-se, primariamente, nos parâmetros de custos de insumos, salários, incidência de custos indiretos, tributos e lucro.

O Ministério da Educação poderá diligenciar diretamente os ÓRGÃOS CONTRATANTES em busca de informações acerca da qualidade de serviços prestados e/ou qualquer outra informação que julgue pertinente para subsidiar suas decisões.

Tendo em mãos todas as informações julgadas necessárias, o CONTRATANTE promoverá análise crítica da composição de preços unitários e globais ofertados pelos licitantes, com base na avaliação da memória de cálculo de composição de custos e formação de preços dos serviços e análise do fator-k (relação entre remuneração e custos totais) dos perfis profissionais listados.

É de inteira responsabilidade dos LICITANTES prover as informações para composição de sua memória de cálculo e as informações/documentos complementares exigidos em procedimento de diligência. Não lhe cabendo alegar desconhecimento dos critérios de análise da PROPOSTA.

Antes de ter propostas desclassificadas por inexequibilidade, aos LICITANTES será franqueada oportunidade de defesa, nos termos e condições definidos pelo instrumento convocatório e com base nas boas práticas licitatórias.

## Seção V - Das demais condições aplicáveis

## 7 Demais condições gerais

### 7.1 Da garantia de execução

O adjudicatário prestará GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, nos moldes do art. 56 da LEI Nº 8.666/1993, com validade durante a execução do CONTRATO e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a **5%** (cinco por cento) do valor global do respectivo CONTRATO.

No prazo máximo de 10 (DEZ) DIAS ÚTEIS, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contados da assinatura do CONTRATO, a CONTRATADA deverá apresentar comprovante de prestação de GARANTIA, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

A inobservância do prazo fixado para apresentação da GARANTIA acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE a promover a rescisão do CONTRATO por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

A validade da GARANTIA, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN-05/2017/SEGES/ME. A GARANTIA assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do CONTRATO e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- prejuízos diretos causados à ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do CONTRATO;
- multas moratórias e punitivas aplicadas pela ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE à CONTRATADA; e
- obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

A modalidade SEGURO-GARANTIA somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados acima, observada a legislação que rege a matéria. A GARANTIA em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, com correção monetária.

Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo BANCO CENTRAL DO BRASIL, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

No caso de alteração do valor do CONTRATO, ou prorrogação de sua vigência, a GARANTIA deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

Se o valor da GARANTIA for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (DEZ) DIAS ÚTEIS, contados da data em que for notificada. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

Será considerada extinta a GARANTIA:

- com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do CONTRATO;
- no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do CONTRATO, caso a ADMINISTRAÇÃO não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN-05/2017/SEGES/ME.

O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada. A CONTRATADA autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a GARANTIA, na forma prevista no EDITAL e no CONTRATO.

### 7.2 Do provimento de recursos necessários à execução contratual

O CONTRATANTE fornecerá à CONTRATADA durante a vigência do CONTRATO e exclusivamente com a finalidade de execução do OBJETO contratado:

- Acesso físico às dependências relacionadas à prestação dos serviços;
- Acesso lógico e os respectivos privilégios adequados nos sistemas, aplicações e ferramentas necessárias a perfeita execução dos serviços, exclusivamente para os profissionais diretamente envolvidos em sua execução;



- c) Instalações e mobiliário necessários à execução dos serviços, não sendo permitido à CONTRATADA alocar nas dependências do CONTRATANTE profissionais que não atuem diretamente na execução do CONTRATO; e
- d) Acesso aos ambientes tecnológicos e soluções de software de sua propriedade necessário(a)s à execução das atividades contratadas, não desobrigando a CONTRATADA de fornecer eventuais soluções de *software* quando especificadas no escopo da contratação.

À CONTRATADA caberá fornecer todos os demais recursos e condições técnicas necessárias à execução dos serviços, incluindo ferramentas específicas, materiais de apoio, materiais de identificação etc.

Com relação ao uso dos recursos de impressão do CONTRATANTE, a CONTRATADA somente efetuará as impressões estritamente associadas às atividades técnicas vinculadas aos serviços demandados pelo CONTRATANTE.

Com relação ao uso de recursos de telefonia do CONTRATANTE a CONTRATADA poderá fazê-lo em atendimento à estrita necessidade do serviço, podendo o CONTRATANTE estabelecer meios de controle adequados.

Os recursos de transporte providos pelo CONTRATANTE não poderão ser utilizados pela CONTRATADA, exceto quando na companhia de servidor do CONTRATANTE para atendimento a demandas do serviço.

Com relação ao uso de recursos tecnológicos (*hardware* e/ou *software*) da CONTRATADA no ambiente do CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá observar que, no caso de optar por utilizar e/ou instalar alguma solução tecnológica no ambiente para apoio à prestação de serviços, fica obrigada a solicitar a autorização prévia à implementação para que o CONTRATANTE decida a respeito da adequação e possa adotar todas as providências cabíveis à eventual implementação. A solicitação por parte da CONTRATADA deverá incluir o projeto detalhado de implementação da solução, informando sua descrição, escopo de atuação, infraestrutura necessária, documentação de licenciamento e propriedade, benefícios e vantagens, os recursos profissionais e tecnológicos envolvidos, prazos e níveis de acesso necessários.

Toda solução tecnológica instalada nas dependências do CONTRATANTE, a pedido da CONTRATADA, será de livre acesso de consulta/auditoria aos representantes indicados pelo CONTRATANTE que, ocasionalmente e quando aplicável, pode contemplar – além dos servidores da área de Tecnologia da Informação, equipe de fiscalização contratual e representantes de órgão internos/externos de controle.

Caberá à CONTRATADA toda providência junto ao fabricante/fornecedor e/ou detentor da propriedade intelectual da solução tecnológica quanto à ciência e/ou autorização (se aplicável) das condições de uso do produto nas dependências do CONTRATANTE, afastando qualquer interpretação de aquisição da solução tecnológica pelo CONTRATANTE e/ou uso não autorizado.

Com relação ao espaço físico e aos recursos tecnológicos, a CONTRATADA deve estar ciente de que os recursos fornecidos serão os mesmos disponibilizados pelo CONTRATANTE a seus colaboradores próprios e que devem ser usados durante a vigência do CONTRATO exclusivamente para a execução dos serviços contratados.

### 7.3 Da propriedade intelectual

O CONTRATANTE, para todos os efeitos da aplicação da Lei nº 9.609/98, que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador e regulamentos correlatos, é o **único proprietário** de licença dos sistemas de software envolvidos na contratação, devendo a CONTRATADA, quando aplicável, cedê-la ao CONTRATANTE, mediante cláusula contratual, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 9.610/98. Desse modo, pertence exclusivamente ao CONTRATANTE:

- a) Direitos de propriedade intelectual sobre as licenças da plataforma de gerenciamento disponibilizadas e outras que se fizerem necessárias para a execução dos serviços previstos neste instrumento, de forma permanente, permitindo a essa a qualquer tempo distribuir, alterar e utilizar as mesmas sem limitações de licenças restritivas;
- b) Os projetos, suas especificações técnicas, estudos, relatórios, protótipos, dados, esquemas, planilhas, plantas, desenhos, diagramas, documentação e todos os produtos/artefatos gerados na execução do contrato, para o caso de instrução de processo de registro do Sistema no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) pelo CONTRATANTE;
- c) Os direitos permanentes de uso e instalação sobre todas as adequações das soluções de software e atualizações corretivas ou a arquivos e rotinas a ele associadas, desenvolvidas em decorrência do Contrato, sem ônus adicionais ao CONTRATANTE; e
- d) Todos os direitos autorais da solução, documentação, "*scripts*", códigos-fonte e congêneres desenvolvidos durante a execução dos serviços são do CONTRATANTE, ficando proibida a sua utilização pela CONTRATADA sem a autorização expressa do CONTRATANTE.

A CONTRATADA não poderá repassar a terceiros, em nenhuma hipótese, códigos-fonte ou qualquer informação sobre a arquitetura ou documentação de soluções do CONTRATANTE – assim como dados ou metadados trafegados, produtos/artefatos desenvolvidos e entregues – ficando responsável juntamente com o CONTRATANTE por manter a segurança da informação relativa aos dados e códigos durante a execução das atividades e também em período posterior ao término da execução dos produtos (período de garantia técnica).

É de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA a aquisição de *softwares* e componentes adicionais de apoio à execução dos serviços além daqueles disponibilizados pelo CONTRATANTE em seu ambiente, não havendo qualquer responsabilidade reversa ao CONTRATANTE concernente a custos de licenciamento, titularidade dos direitos de propriedade e outros direitos de propriedade intelectual sobre os programas.

As bases de dados geradas em função da prestação dos serviços pertencem ao CONTRATANTE e a ele devem ser entregues pela CONTRATADA ao final do CONTRATO, ou sempre que solicitadas.

#### 7.4 Do tratamento de dados pessoais

A participação no licitatório importa na manifestação de inequívoco consentimento do titular dos dados pessoais que tenham se tornado públicos como condição para participação na licitação e para contratação, para tratamento pelo Ministério da Educação, na forma da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), seja o titular pessoa física direta ou indiretamente relacionada a licitante, inclusive sócios, empregados contratados e/ou terceirizados, quando for o caso.

Os LICITANTES licitante estão cientes de que esta Administração - controladora dos dados – sempre que possível tomará decisões referentes ao tratamento de seus dados pessoais, bem como realizará o tratamento de tais dados, envolvendo operações como as de coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

O Ministério da Educação fica autorizado a compartilhar os dados pessoais do Titular com outros agentes de tratamento de dados, caso seja necessário para finalidade específica, observados os princípios e as garantias estabelecidas pela Lei nº 13.709/2018.

Caberá às licitantes e ao Ministério da Educação proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

- a) O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos Arts. 7º e/ou 11 da Lei nº 13.709/2018 o qual se submete o objeto deste Edital, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, respeitadas as regras previstas pelos artigos 23 a 30 da Lei nº 13.709/2018;
- b) O tratamento seja limitado às atividades necessárias para atingir as finalidades de execução do objeto contratado;
- c) O Ministério da Educação poderá manter e tratar os dados pessoais do Titular durante todo o período em que eles forem pertinentes ao alcance das finalidades listadas neste edital;
- d) Os dados pessoais anonimizados, sem possibilidade de associação ao indivíduo, poderão ser mantidos por período indefinido;
- e) O Titular tem direito a obter desta Administração a relação dos dados por ele tratados, a qualquer momento e mediante requisição formal, conforme art. 18 da LGPD;
- f) O Ministério da Educação responsabiliza-se pela manutenção de medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito; e
- g) Em conformidade ao art. 48 da Lei nº 13.709/2018, o Ministério da Educação comunicará ao Titular e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante ao Titular.

#### 7.5 Das condições de confidencialidade e segurança das informações

A CONTRATADA deverá manter sigilo – sob pena de responsabilização civil, penal e/ou administrativa – sobre quaisquer dados, informações, códigos-fonte e/ou artefatos contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias, incluindo meios de armazenamento e transferência, de que venha a ter conhecimento durante a execução do CONTRATO, não podendo, sob qualquer pretexto divulgar, reproduzir ou utilizar tais informações – independentemente da classificação de sigilo conferida pelo CONTRATANTE ou por terceiros a tais documentos.

Será exigido da CONTRATADA a assinatura de TERMO DE COMPROMISSO, pelo qual se compromete a manter o sigilo e a confidencialidade de todas as informações de que venha a ter conhecimento no exercício de suas atribuições, e que ela o exija dos seus empregados que prestarem serviços no ambiente do CONTRATANTE. Por questões de segurança, fica a CONTRATADA obrigada a estender o COMPROMISSO de manutenção do sigilo e segurança das informações a todos os seus colaboradores diretamente envolvidos na execução do CONTRATO. Sendo que o CONTRATANTE reserva o direito de proceder levantamento e/ou confirmação de informações pertinentes à idoneidade de qualquer profissional que venha a ser indicado para a prestação dos serviços.

A CONTRATADA também estará sujeita ao cumprimento das diretrizes aplicáveis estabelecidas na POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES do CONTRATANTE, bem como suas respectivas NORMAS COMPLEMENTARES – às quais ao CONTRATANTE incumbe dar o devido conhecimento.

## 7.6 Da transferência de conhecimentos

A CONTRATADA deverá se comprometer a habilitar a equipe de técnicos do CONTRATANTE ou outra por ele indicada no uso de eventuais soluções desenvolvidas e implantadas ou nos produtos fornecidos dentro do escopo do CONTRATO, repassando todo o conhecimento necessário para tal, com vistas a mitigar riscos de descontinuidade dos serviços e de dependência técnica.

A transferência de conhecimentos, no uso das soluções desenvolvidas pela CONTRATADA, deverá ser viabilizada, sem ônus adicionais, em eventos específicos de transferência de conhecimento, e preferencialmente à equipe gerencial indicada pela Diretoria de Tecnologia da Informação – se baseando em documentos técnicos e/ou manuais específicos das soluções, entre outros.

## 7.7 Do encerramento contratual

Ao término do CONTRATO, seja por decurso de vigência ou por rescisão antecipada, a CONTRATADA fica obrigada a promover atividades de encerramento contratual, adotando um plano de transição final, com transferência de tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, capacitando, se solicitado, os técnicos do CONTRATANTE ou os da nova pessoa jurídica que continuará a execução dos serviços, sem ônus adicional ao CONTRATO.

Um Projeto de TRANSIÇÃO FINAL, endereçando todas as atividades necessárias para a completa transição, deverá ser entregue pela CONTRATADA ao CONTRATANTE. Esse projeto de gerenciamento de serviços de transferência contratual final será conduzido de acordo com as seguintes ações:

Após o término do CONTRATO, a contratada deverá retirar todo e qualquer bem de que seja proprietária e que, eventualmente, esteja alocado nas instalações do CONTRATANTE, assim como providenciar a devolução de recursos que lhe tenham sido eventualmente cedidos pelo CONTRATANTE e, quando for o caso, a desinstalação de recursos de *software* de sua propriedade mantidos no ambiente do CONTRATANTE.

## 7.8 Da admissibilidade e dos limites de subcontratação

É permitida a SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL do OBJETO, restando claro que a Administração se exime de toda vinculação que poderá advir da relação da licitante vencedora com a empresa subcontratada em todos os aspectos cíveis, trabalhistas, criminais, danos a terceiros e outros restando claro que a responsabilidade pelos defeitos na execução ou entrega do objeto serão imputados exclusivamente a empresa licitante vencedora.

A subcontratação será admitida no percentual de 10% limitado a totalidade do item. As microempresas e/ou empresas de pequeno porte a serem subcontratadas serão indicadas e qualificadas pela licitante melhor classificada juntamente com a descrição dos bens e/ou serviços a serem por elas fornecidos e seus respectivos valores, no caso da hipótese prevista no artigo 48, II, da LC 123/2006. Como condição à subcontratação, a CONTRATADA deverá apresentar os seguintes documentos:

- Comprovação da regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista da(s) sociedade(s) subcontratada(s), através do SICAF e/ou através das certidões previstas no EDITAL;
- Comprovação proporcional de capacidade técnica para execução dos serviços subcontratados, segundo os mesmos critérios dos Atestados de Capacidade Técnica previstos neste TERMO DE REFERÊNCIA;
- Certidão negativa de pedido de falência, concordata ou recuperação judicial ou extrajudicial, expedida na sede da pessoa jurídica subcontratada;
- Termo de Confidencialidade e Segurança das Informações assinado pelo representante legal da subcontratada; e
- Anuência/autorização prévia da ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE, a quem exclusivamente incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

Em nenhuma hipótese será admitida a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação assumida pela CONTRATADA. Também não será admitida subcontratação para o fornecimento de bens, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços acessórios.

Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação – assim como permanece a responsabilidade da CONTRATADA pelo atendimento aos critérios de aceitação, cumprimento de requisitos técnicos e atendimento aos níveis mínimos de serviço.

Não será admitida a subcontratação se a CONTRATADA não apresentar os documentos arrolados acima; se a(s) sociedade(s) a ser(em) subcontratada(s) estiver(em) suspensa(s) de contratar e licitar com o CONTRATANTE; e/ou se estiver(em) impedida(s), por qualquer motivo, de receber recursos públicos.

Quando utilizada a SUBCONTRATAÇÃO nos termos do art. 7º do Decreto nº 8.538/2015 incluem-se às responsabilidades da CONTRATADA:

- a) Comprovar, ao longo da vigência contratual, a regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte subcontratadas no decorrer da execução do contrato, quando se tratar da subcontratação prevista no artigo 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006;
- b) Substituir a empresa subcontratada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada; e
- c) Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

### 7.9 Da alteração subjetiva

É ADMISSÍVEL a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE à continuidade do CONTRATO.

### 7.10 Da interpretação de termos e/ou especificações conflitantes

Se houver um conflito entre os termos e/ou especificações nos vários documentos de apoio que integram o CONTRATO, incluindo este Termo de Referência e seus Encartes e/ou Metodologias Técnicas subsidiárias, serão aplicados ordenadamente os seguintes critérios de interpretação:

- a) na medida em que os termos conflitantes possam ser interpretados de forma arrazoada, de forma que sejam consistentes entre si e com os princípios gerais do CONTRATO, tal interpretação consistente deve prevalecer;
- b) Os termos e/ou especificações estabelecidos nos princípios gerais do CONTRATO e deste TERMO DE REFERÊNCIA prevalecerão sobre um termo conflitante nos documentos de apoio. No entanto, quando o texto dos princípios gerais contiver expressamente linguagem como "exceto conforme disposto de outra forma" ou palavras de significado semelhante, tal linguagem terá pleno vigor e efeito. Assim, em tais casos, o termo e/ou especificação em documento de apoio prevalecerá sobre um termo conflitante neste TERMO DE REFERÊNCIA; e
- c) Os termos conflitantes dentro ou entre documentos de apoio devem ser interpretados dando-se prioridade ao termo cuja aplicação ao assunto em questão esteja mais plenamente consistente em relação aos princípios gerais do CONTRATO e do TERMO DE REFERÊNCIA.

### 7.11 Da cooperação com a organização e com terceiros

A CONTRATADA deve reconhecer que o CONTRATANTE opera um ambiente multiprovedor e que um elemento material essencial dos serviços é sua disposição de cooperar e trabalhar com esses demais provedores selecionados a fim de fornecer serviços de qualidade e viabilidade técnica e econômica. Assim, a CONTRATADA deve cooperar plenamente com todos os Terceiros designados pelo CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá disponibilizar ao CONTRATANTE e aos TERCEIROS por este autorizados quaisquer informações que possam ser razoavelmente exigidas e/ou necessárias para a execução dos serviços. Todas essas informações fornecidas estarão sujeitas às disposições de confidencialidade da cláusula de condições de confidencialidade e segurança das informações.

### 7.12 Da não exclusividade

Esta CONTRATAÇÃO é um relacionamento não exclusivo, e o CONTRATANTE não está impedida de obter serviços semelhantes ou idênticos de qualquer outro provedor. Além disso, terá o direito, a seu exclusivo critério, de contratar outro(s) prestador(es) para execução de serviços semelhantes para os quais a CONTRATADA não demonstre capacidade técnica adequada para execução e/ou estejam eventualmente fora do escopo desta contratação.

### 7.13 Dos casos omissos

Este TERMO DE REFERÊNCIA e, de forma inclusiva, seus ENCARTES e demais documentos de apoio são parte integrante do CONTRATO, independentemente de transcrição.


Em nenhuma hipótese os LICITANTES e/ou a futura CONTRATADA poderão alegar o desconhecimento das condições para a perfeita compreensão do objeto, o cumprimento das exigências de habilitação e/ou a integral execução contratual nos termos previstos neste instrumento, em seus encartes e no CONTRATO. O CONTRATANTE reserva para si o direito de corrigir eventuais erros de digitação, compilação ou transcrição de informações concernentes a esse documento e a seus anexos.

## 8 Aprovação

Em conformidade com o §6º do art. 12 da Instrução Normativa SGD/ME nº 01/2019 o presente TERMO DE REFERÊNCIA foi elaborado pela EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO em harmonia com a legislação e a partir do ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR e aprovado pelas autoridades competentes.

| Brasília/DF, 26 de setembro de 2022.                              |  |  |
|---|--|--|
| Integrante(s) requisitante(s)                                     | Integrante(s) técnico(s)                                       | Integrante(s) administrativo(s)                    |
| Titular: Álvaro da Costa Rondon Neto<br>Matrícula SIAPE nº 177484 | Titular: Delson Pereira da Silva<br>Matrícula SIAPE nº 1775068 | Hélio Barbosa da Silva<br>Matrícula SIAPE nº 40460 |
| Substituto: Irismar Furtado da Silva<br>Matrícula SIAPE nº 50157  | Substituto: Bruno Correa Miranda<br>Matrícula SIAPE nº 2274801 |  |
| Autoridade de TIC   |  |  |

André Henrique dos Santos Castro  
Subsecretário de Tecnologia da Informação e Comunicação

Documento assinado digitalmente  
 ANDRE HENRIQUE DOS SANTOS CASTRO  
Data: 29/09/2022 10:02:58-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Nos termos do art. 34 da Instrução Normativa SGD/ME nº 01, de 04 de abril de 2019, o Documento de Oficialização de Demanda (DOD), o Estudo Técnico Preliminar (ETPC) e o Termo de Referência (TREF) serão disponibilizados para acesso através do seguinte endereço eletrônico: <https://www.gov.br/mec/pt-br/estudos-tecnicos-preliminares>.

**APÊNDICE 01 ESPECIFICAÇÕES E REQUISITOS: ITEM 1**

| Item 1: Subscrição de Solução de software de segurança e monitoração de atividades em banco de dados |  |
|--|--|
| A-1 REQUISITOS ESPECÍFICOS   |  |
| A-1.1  | Deve ser nova, do último modelo disponível, em linha de fabricação na data da entrega e deve pertencer à última geração na respectiva linha de produtos do fabricante.   |
| A-1.2  | A solução deve estar licenciada para monitorar e proteger pelo menos 100 (cem) bancos de dados, suportando SQL Server, MySQL, Postgre, MariaDB e Oracle.   |
| A-1.3  | A solução será composta de equipamentos baseados em uma plataforma de appliances (hardware e software de propósito específico ou servidores virtuais) do mesmo fabricante e a solução deve incluir funcionalidades de auditoria e proteção de dados (firewall ou bloqueio). Esses recursos devem ser fornecidos sem a necessidade de instalação de software e / ou hardware em qualquer equipamento adicional que não faça parte da solução.                                     |
| A – 1.4  | Para as soluções que são baseadas em servidores virtuais, de modo a não violar as restrições de arquitetura de TI do Ministério da Educação, a Contratada deverá fornecer a infraestrutura de servidores necessária com sistema operacional compatível, instalado e devidamente licenciado, devendo-se observar a necessidade do fornecimento conjunto do suporte para o período do contrato.  |
| A-1.5  | A solução oferecida deve ter o suporte correspondente do fabricante, para serviços de garantia de hardware, manutenção de software e suporte técnico.  |
| A-1.6  | O equipamento oferecido deve ser um aparelho de finalidade específica para DBF, projetado e fabricado para o setor empresarial.  |
| Características mínimas do equipamento   |  |
| A-1.7  | Deve ser capaz de executar todas as funções de aprendizagem, análise e proteção do tráfego SQL considerando pelo menos uma capacidade de processamento de 5.000 SQLHits /s ou TPS (transações por segundo) (O fabricante deve fornecer documentação de apoio por folha de especificações técnicas oficiais de fábrica e caractere público que indica a capacidade de processamento do tráfego SQL do appliance de DBF proposto, incluindo tarefas de aprendizado e de estresse). |
| A-1.8  | Deverá possuir 16GB de RAM por dispositivo (em casos de appliances físicos).   |
| A-1.9  | Deverá possuir discos e fontes de alimentação redundantes (em casos de appliances físicos).  |
| A-1.10   | Deve ter pelo menos 4 interfaces de cobre de 1 Gbps, com a opção de ativar 4 interfaces de fibra de 1 Gbps ou 2 interfaces de fibra de 10 Gbps, todas com capacidade de falha de abertura (bypass) (em casos de appliance físico).   |
| A-1.11   | Deve ter uma interface de console (tipo RJ45) para administração (em caso de appliance físico).  |
| A-1.12   | Deve ter duas interfaces de 1Gbps para administração de rede IP (em caso de appliance físico).   |

| Item 1: Subscrição de Solução de software de segurança e monitoração de atividades em banco de dados |  |
|--|--|
| A-1.13   | Deve ter uma porta USB (em caso de appliance físico).  |
| Implantação da solução   |  |
| A-1.14   | Em caso de fornecimento de Appliance Físico a implantação da solução deverá ser feita no modo Bridge 2 da camada para Auditoria e Bloqueio e implantação de agentes nos servidores base somente para auditório local. A plataforma deve ter a possibilidade de alterar o modo de implementação de rede se for necessário que a entidade no futuro seja capaz de integrar a rede no modo bridge (camada 2 do Modelo OSI, as interfaces não requerem um endereço IP) e as interfaces devem incluir o bypass / failopen / failclose integrado ao Appliance e configurável para falhas de hardware e software. |
| A-1.15   | A solução deve ter um impacto no nível de sub-milissegundo ou milissegundo na latência da rede.  |
| A-1.16   | O sistema deve permitir a integração e envio de alertas para terceiros ou ferramentas de correlação (SIEM).  |
| A-1.17   | As equipes devem suportar o protocolo de gerenciamento de rede SNMP e SYSLOG a ser monitorado por ferramentas de terceiros e e-mails, se necessário.   |
| Funcionalidades de monitoração e segurança   |  |
| A-1.18   | A solução deve ter tecnologia de autoaprendizagem, o processo deve ser constante e deve aprender estrutura de bancos de dados, incluindo esquemas, objetos, tabelas; sistemas, aplicações, campos, diretórios, bem como o comportamento de cada usuário; tudo isso para o estabelecimento de um monitoramento e segurança de linha de base.  |
| A-1.19   | O modo de aprendizagem pode ser ativado e desativado manualmente para estender o tempo de reconhecimento dos padrões de comportamento.   |
| A-1.20   | A solução deve fornecer proteção por meio de bloqueios e alertas contra violações de segurança devido a ataques conhecidos, atividades suspeitas ou qualquer atividade específica a ser definida.  |
| A-1.21   | A solução deve ter a capacidade de suportar os mecanismos de banco de dados disponíveis para a entidade e os mecanismos de banco de dados comerciais, entre os quais no mínimo: MS-SQL, MySQL, Oracle, PostgreSQL.   |
| A-1.22   | A solução deve gerar relatórios e tendências em tempo real, bem como permitir a modificação e customização dos mesmos.   |
| A-1.23   | O appliance de gateway, em primeira instância, executará as funções de proteção de banco de dados, mas é exigida pela entidade que o mesmo appliance suporte no futuro as funcionalidades de proteção de arquivos e aplicativos da Web com integração nativa do mesmo fabricante da solução. Para ativar essas funcionalidades, a entidade deve exigir apenas o provisionamento do software de licenciamento que permite ativar as funções de proteção de aplicativos da Web e arquivos.   |
| A-1.24   | A solução deve ter instalações ou ferramentas analíticas para a realização de análise forense quando um incidente é relatado.  |
| A-1.25   | A solução não deve instalar apenas agentes leves de software nos servidores a serem monitorados para executar as funções de firewall do banco de dados.  |
| A-1.26   | A solução deve ser transparente para o banco de dados e / ou para os aplicativos que o acessam, ou seja, não exigirá alterações na programação, configuração ou operação (gatilhos, procedimentos armazenados, etc.) de nenhum deles.  |
| A-1.27   | O repositório para o registro da atividade no dispositivo não deve ser acessível por nenhum outro mecanismo além da interação através da GUI (interface gráfica) fornecida pelo fabricante ou por meios administrativos devidamente assegurados.   |



| Item 1: Subscrição de Solução de software de segurança e monitoração de atividades em banco de dados |   |
|--|---|
| A-1.28   | A solução deve ser capaz de descobrir servidores de banco de dados e realizar análises de vulnerabilidades no software de gerenciamento de banco de dados, através de um único agente leve instalado no servidor pelo protocolo de comunicação e configuração de segurança, independentemente do sistema operacional no qual eles estão instalados. |
| A-1.29   | A solução deve realizar uma avaliação de risco abrangente da infraestrutura de destino em diferentes níveis / camadas da infraestrutura de banco de dados, incluindo:   |
| A-1.29.1   | Problemas de configuração da plataforma, incluindo a configuração do sistema operacional dos servidores que suportam o software de banco de dados.  |
| A-1.29.2   | Problemas de configuração do banco de dados, como nível de correção, configuração de contas de usuário, avaliação da força das senhas, validade das senhas.   |
| A-1.30   | A solução deve fazer descobertas automatizadas na rede para identificar novos bancos de dados que estão sendo habilitados, no nível do servidor ou portas ativadas em servidores conhecidos.  |
| A-1.31   | A solução deve ter a capacidade de analisar e classificar os tipos de dados nos bancos de dados de acordo com as políticas de negócios. As definições de tipo de dados devem poder ser criadas de maneira flexível e granular.  |
| A-1.32   | A solução deve fornecer um serviço de proteção para o software de banco de dados através da aplicação de patches virtuais que permitem atacar as vulnerabilidades encontradas no referido software, independentemente da liberação da correção ou atualização do fabricante.  |
| A-1.33   | A solução deve apoiar os esforços de análise de vulnerabilidades, configuração de segurança, comportamento / desempenho de aplicativos e controle de alterações.  |
| A-1.34   | O módulo de gerenciamento do ciclo de vida da vulnerabilidade será acessado a partir do mesmo console de administração do sistema, sem necessidade de produtos ou consoles adicionais para essa finalidade.   |
| A-1.35   | A solução deve monitorar toda a atividade dos bancos de dados e deve armazenar os comandos SQL da maneira como foram escritos pelo usuário ou pelo aplicativo, incluindo os comandos DDL, DML e DCL.  |
| A-1.36   | A solução deve monitorar e interagir com a atividade do banco de dados, independentemente do ponto de entrada, seja conexões diretas, servidores de aplicativos, acesso direto ao banco de dados, links, procedimentos armazenados, entre outros.   |
| A-1.37   | A solução deve analisar e auditar todo o tráfego em tempo real, independentemente do volume de tráfego.   |
| A-1.38   | A solução deve ter a capacidade de monitorar o tráfego mascarado e/ou tokenizado para os bancos de dados.   |
| A-1.39   | A solução deve fornecer detalhes sobre alertas, sejam eles falsos ou negativos, e deve ter a facilidade de alterar uma política do alerta.  |
| A-1.40   | A solução deve lidar com regras e políticas tão amplas ou detalhadas quanto necessário e deve poder ser construída automaticamente ou manualmente e deve poder ser atualizada, manual ou automaticamente.   |
| A-1.41   | As políticas granulares para controle de acesso ou geração de alertas devem ter os seguintes critérios para a validação da atividade no aplicativo Banco de Dados. Os critérios devem ser usados em qualquer número e qualquer combinação:  |
| A-1.41.1   | Número de registros a serem retornados pela consulta (Consulta SQL)   |
| A-1.41.2   | Número de registros afetados  |



|  |  |
|--|--|
| Item 1: Subscrição de Solução de software de segurança e monitoração de atividades em banco de dados |  |
| Tipo de dados acessado   |  |
| A-1.42   | Acesso aos dados marcados como sensíveis   |
| A-1.43   | Banco de dados, esquema, instância, tabela e coluna acessados  |
| Status de autenticação da sessão   |  |
| A-1.44   | Usuário e / ou grupo de usuários do banco de dados conectado   |
| A-1.45   | Logins, Logout, Consultas  |
| IPS de origem e destino  |  |
| A-1.46   | Origem do nome do host, usuário assinado na origem do host   |
| A-1.47   | Aplicativo usado para conexão com o banco de dado  |
| A-1.48   | Tempo de resposta / processamento de consultas   |
| Erros no driver do SQL   |  |
| A-1.49   | Número de ocorrências em intervalos de tempo definidos   |
| A-1.50   | Por operações básicas (Select, Insert, Update, Delete)   |
| A-1.51   | Por operações privilegiadas (Criar, Alterar, Derrubar, Conceder, Revogar, Truncar, Exportar)   |
| A-1.52   | Por procedimento armazenado ou função usada  |
| A-1.53   | Se houver um ticket atribuído para mudanças  |
| Hora do dia  |  |
| A-1.54   | A solução deve identificar individualmente os usuários finais que realizam atividades por meio de aplicativos, mesmo que usem mecanismos de comunicação comuns entre o aplicativo e o banco de dados; essa atividade não deve envolver a modificação do aplicativo e / ou do banco de dados. |

| Item 1: Subscrição de Solução de software de segurança e monitoração de atividades em banco de dados |   |
|--|---|
| A-1.55   | A solução deve permitir análises históricas e em tempo real sob demanda, ou seja, sem ter que passar por um processo em lote anterior.  |
| A-1.56   | A solução deve associar e correlacionar eventos que individualmente não constituam um risco, mas que, juntos, são indicativos de uma possível violação de segurança.  |
| A-1.57   | A solução deve proteger contra-ataques SQL e não SQL (como estouro de buffer)   |
| A-1.58   | Consideração de emergência por possíveis violações das informações que incluem, mas não se limitam a:   |
| A-1.58.1   | Alto volume de acesso a dados sensíveis além do usual.  |
| A-1.58.2   | Acesso a dados incomuns para uma determinada hora do dia.   |
| A-1.58.3   | Acesso a dados de um local desconhecido (físico).   |
| A-1.58.4   | Acesso a dados usando aplicativos / ferramentas não autorizadas.  |
| A-1.59   | A solução deve lidar com uma auditoria sobre si mesma, mantendo um controle de alterações nas políticas e configurações autorizadas.  |
| A-1.60   | A solução deve ter recursos para arquivamento de informações históricas e de auditoria, com flexibilidade de protocolo ou opções de mídia (como SAN ou via FTP, HTTP, NFS, SCP).  |
| A-1.61   | A solução deve ter a capacidade de exportar dados e eventos, como alertas, eventos de sistema e banco de dados, informações / administração de segurança, entre outros, para outras ferramentas de administração através dos protocolos SNMP e Syslog.                      |
| A-1.62   | A solução deve ter a capacidade de monitorar usuários de banco de dados que tenham acesso por meio de aplicativos da Web, oferecendo visibilidade, segurança e controle do usuário da Web ao banco de dados sem alterar a arquitetura dos aplicativos ou as bases de dados. |
| A-1.63   | A solução deve ter um serviço de pesquisa sobre vulnerabilidades e ameaças de computador, para o qual deve apresentar a respectiva documentação na descoberta do mesmo sem que a entidade tenha que investir em software adicional para ter essa funcionalidade.            |
| A-1.64   | A solução deve ter um módulo de gerenciamento de vulnerabilidades para os sistemas e não deve exigir a instalação de um segundo agente nos servidores de banco de dados para essa funcionalidade.   |
| A-1.65   | A solução deve analisar os eventos gerados a partir de diferentes bancos de dados.  |
| A-1.66   | A solução deve permitir o gerenciamento de alarmes e notificações - em tempo real - para os eventos de correlação aos critérios de análise.   |
| Critérios para análise dos eventos   |   |
| A-1.67   | Deve mostrar o número de eventos que ocorreram, o número de usuários suspeitos e / ou os sistemas comprometidos.  |

| Item 1: Subscrição de Solução de software de segurança e monitoração de atividades em banco de dados |   |
|--|---|
| A-1.68   | Deve ter um sistema de correlação baseado na direção dos ataques. Você deve determinar se os ataques vêm de dentro ou de fora da organização.   |
| A-1.69   | Deve executar uma correlação automática e em tempo real de eventos, vulnerabilidades e bancos de dados.   |
| A-1.70   | Deve executar uma correlação que permita identificar usuários de aplicativos associados a consultas - e determinadas atividades - em bancos de dados específicos, sem a necessidade de alterar aplicativos ou instalar APIs.  |
| A-1.71   | Deve correlacionar eventos, como o número de erros incomuns de instruções SQL ou ao efetuar login em bancos de dados.   |
| Modelo de segurança  |   |
| A-1.72   | A solução deve suportar e aplicar simultaneamente um modelo de segurança positivo e negativo.   |
| A-1.73   | O modelo de segurança negativo define explicitamente as assinaturas de ataques conhecidos, e deve atender às seguintes especificações:  |
| A-1.73.1   | Bloquear transações que tenham conteúdo que corresponda a assinaturas de ataque conhecida.  |
| A-1.73.2   | Incluir uma lista pré-configurada e detalhada de assinaturas de ataque.   |
| A-1.73.3   | Permitir a modificação ou adição de assinaturas pelo administrador.   |
| A-1.73.4   | Permitir a atualização automática do banco de dados de assinatura, garantindo proteção completa contra as ameaças de aplicativos mais recentes.   |
| A-1.73.5   | Detectar ataques conhecidos em vários níveis, incluindo a rede, sistemas operacionais, software de servidor da Web e ataques em nível de aplicativo.  |
| A-1.74   | A solução deve contemplar mecanismos que permitam facilmente o retorno de uma política de segurança implementada em um aplicativo.  |
| A-1.75   | Para as funcionalidades de Bloqueio, é necessário que os requisitos sejam processados na memória e não no disco, pois este último modo de operação gera latência no serviço de consulta ao banco de dados, a latência gerada pela operação de proteção deve ser menor que 5 mil segundos. |
| A-1.76   | Para funcionalidades de bloqueio, a solução nunca deve encerrar a conexão que é gerada entre o cliente e o servidor, definindo como cliente um usuário com uma conexão ODBC para o banco de dados ou um servidor de aplicativos.  |
| Relatórios   |   |
| A-1.77   | Permitir a geração de relatórios, de todos os alertas de segurança, nos formatos PDF e CSV.   |
| A-1.78   | Permitir que a escolha da informação seja incluída nos relatórios, com a possibilidade de selecionar os itens.  |

| Item 1: Subscrição de Solução de software de segurança e monitoração de atividades em banco de dados |  |
|--|--|
| A-1.79   | Capacidade de automatizar a geração de relatórios e sua submissão subsequente por e-mail.  |
| Console de gestão e administração centralizada   |  |
| A-1.80   | A solução deve ser gerenciada por uma console de gerenciamento centralizada no formato de appliance (físico ou virtual) da mesma marca dos componentes WAF e DBF, que permite a centralização de políticas, relatórios, revisão de auditoria, monitoramento, eventos de segurança, gerenciamento de os diferentes componentes da solução e o monitoramento de seu status, desempenho, etc. |
| A-1.81   | Os consoles de gerenciamento devem ter pelo menos as seguintes características (quando forem físicos):   |
| A-1.81.1   | Tem duas (02) 100/1000 interfaces Ethernet Base-TX para gerenciamento off-band.  |
| A-1.81.2   | Ter um mínimo de 16GB de RAM.  |
| A-1.81.3   | 2 TB de disco rígido.  |
| A-1.81.4   | “Rackável” em gabinete de 19 "com o respectivo suprimento de acessórios.   |
| A-1.82   | A solução deve incluir um servidor de administração central no qual o software de administração e os arquivos de log gerados pelos diferentes componentes da solução residem.  |
| A-1.83   | O equipamento de administração deve fazer backup diário em forma automática de todas as informações nele armazenadas, incluindo as configurações de todos os módulos gerenciados e ter a capacidade de transferi-los automaticamente para um servidor remoto usando os protocolos SCP e FTP.   |
| A-1.84   | Toda a configuração, administração e monitoramento da solução serão feitos através do console de administração.  |
| A-1.85   | A comunicação entre as estações de trabalho e o console de administração deve ser estabelecida através de um protocolo seguro com mascaramento e/ou tokenização e autenticação por usuários locais, incluindo a possibilidade de usar certificados digitais.   |
| A-1.86   | A solução de administração deve permitir a atribuição de perfis de administração pelos usuários e esses perfis devem permitir a separação das funções de gerenciamento e monitoramento.  |
| A-1.87   | Fornecer uma visão centralizada dos logs, entendida como tal, a unificação dos logs de todos os componentes da solução.  |
| A-1.87.1   | Ser capaz de ser transferido para o servidor de administração.   |
| A-1.87.2   | Ser capaz de ser transferido para o servidor de administração ao mesmo tempo em que é gerado, sem atrasar o início da transferência.   |
| A-1.87.3   | Capacidade de ser exportada do servidor de administração para um formato SYSLOG ou SNMP TRAPS, para poder usar ferramentas de análise de terceiros.  |
| A-1.88   | Os logs de todos os componentes da solução devem atender às seguintes características:   |

| Item 1: Subscrição de Solução de software de segurança e monitoração de atividades em banco de dados |  |
|--|--|
| A-1.88.1   | As equipes devem poder armazenar os logs localmente, nos casos em que houver problemas na comunicação com o servidor central.  |
| A-1.88.2   | A solução de gerenciamento permitirá a visualização em tempo real dos logs de atividades das equipes da solução e as modificações de configuração que os administradores podem fazer.                                      |
| A-1.88.3   | Permitir que um usuário da solução defina quais transações serão registradas.  |
| A-1.89   | A solução de administração permitirá, no mínimo:   |
| A-1.90   | Adicionar, excluir ou modificar a configuração em um ambiente gráfico.   |
| A-1.90.1   | Modifique as regras dos diferentes equipamentos.   |
| A-1.90.2   | Execute a configuração dos componentes da solução.   |
| A-1.90.3   | Visualize registros de auditoria, alertas de segurança e eventos do sistema.   |
| A-1.90.4   | Gerar relatórios ajustáveis pelo usuário.  |
| A-1.90.5   | Permitir a geração de relatórios, de toda a atividade registrada nos logs, nos formatos PDF e CSV.   |
| A-1.90.6   | Permitir que a escolha da informação seja incluída nos relatórios.   |
| A-1.90.7   | Capacidade de automatizar a geração de relatórios e sua submissão subsequente por e-mail.  |
| A-1.90.8   | Suportar a geração de eventos de segurança, incluindo o aplicativo do usuário, se isso realmente tiver sido registrado.  |
| A-1.90.9   | Identifique os resultados de autenticação em formulários e seja capaz de impedir ataques de dicionário contra formulários.   |
| <b>A-2 SUPORTE TÉCNICO E GARANTIA</b>  |  |
| A-2.1  | São previstos como serviços de SUPORTE TÉCNICO, manutenção e apoio:  |
| A-2.1.1  | Manutenção Preventiva: Compreende visitas mensais periódicas, in loco no ambiente da contratante, programadas a fim de verificar a saúde do equipamento e mitigar riscos devido ao uso continuado dos serviços, incluindo: |
| A-2.1.1.1  | Procedimentos técnicos destinados a prevenir a ocorrência de erros e defeitos de forma proativa.   |

| Item 1: Subscrição de Solução de software de segurança e monitoração de atividades em banco de dados |  |
|--|--|
| A-2.1.1.2  | Realização de inspeções nos equipamentos, componentes, dispositivos e softwares de configuração gerenciam a solução.   |
| A-2.1.1.3  | Verificação mensal com vistas a manter sua plena funcionalidade e saúde dos equipamentos.  |
| A-2.1.1.4  | Análise de logs de sistema e sugestão de mudanças para uma melhor prática de utilização da ferramenta. A equipe técnica da CONTRATANTE decidirá sobre a aplicação ou não das recomendações.  |
| A-2.1.1.5  | Sugerir, preventivamente, a aplicação de novas correções, patches, fixes, updates, service packs, novas releases, versions, builds e upgrades.   |
| A-2.1.1.6  | Executar procedimentos e resolver problemas relacionadas com configuração, atualização, funcionamento e uso dos equipamentos necessários ao funcionamento da solução de segurança previstos no processo e deverá fazer o ajuste fino (tunning) e as customizações de configuração de toda a solução deste processo, adequando-a ao ambiente do MEC.  |
| A-2.1.1.7  | Definir e implantar as rotinas de backup de todos os equipamentos componentes da solução de segurança. Nesse sentido, será responsabilidade da CONTRATADA o backup realizado pela própria.   |
| A -2.1.2   | Manutenção Corretiva: Compreende visitas pontuais, a partir de abertura de chamados advindos do contratante, a fim de atuar em incidentes ou problemas identificados que impeça o seu funcionamento regular e requeira uma intervenção técnica especializada do fabricante, incluindo:   |
| A -2.1.2.1   | Reinstalação de hardware e softwares, configuração, gerenciamento, com vistas a normalidade da operação dos serviços por ele prestados.  |
| A -2.1.2.2   | Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, no todo ou em parte, os serviços, peças ou materiais em que se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções, dentro dos prazos estabelecidos nos demais subitens contratados.  |
| A -2.1.2.3   | Acondicionar adequadamente os equipamentos cujo reparo não possa ser realizado nas dependências do MEC, de forma a permitir sua completa segurança e identificação durante o transporte, responsabilizando-se pela sua remoção e devolução ao local em que deve ser instalado e pelas despesas operacionais decorrentes.   |
| A -2.1.2.4   | Substituir eventuais equipamentos que apresentarem defeito de fabricação, dentro dos prazos estabelecidos.   |
| A -2.1.2.5   | Detectar problemas e limitações de desempenho da solução de DAM relacionados a software e/ou firmware instalado nos elementos que fazem parte do objeto desta contratação, substituindo-os por nova versão que implemente suas correções.  |
| A -2.1.2.6   | Substituir software e/ou firmware instalados nos elementos que fazem parte do objeto desta contratação por nova versão eventualmente lançada, quando esta implementar correções a possíveis problemas ou limitações de desempenho das SOLUÇÕES.  |
| A -2.2   | Os serviços de Suporte Técnico Especializado, Manutenção e Apoio deverão ser prestados pela empresa contratada na forma on-site ou remoto, no regime 24X7, incluindo a atualização de softwares e bases de dados de conhecimento as suas expensas, e, sempre que for necessário ao bom funcionamento das soluções  |
| A -2.3   | Todos os serviços de Suporte Técnico Especializado, Manutenção e Apoio deverão ser executados por técnicos qualificados e com certificação comprovada pelo fabricante da Solução, pertencentes ao quadro de funcionários da CONTRATADA, sem custos adicionais para o CONTRATANTE, durante todo o período de garantia, sendo indispensável a apresentação de documentação original do fabricante que comprove a validade da certificação enquanto durar o vínculo contratual. |
| A -2.4   | A comprovação de validade da certificação e comprovação de vínculo empregatício deverão ser apresentados juntamente com o cronograma anual de visitas programadas ou sempre que o técnico credenciado for substituído, podendo ainda, ser solicitada a qualquer momento pela CONTRATANTE.  |
| A -2.5   | Os serviços de Suporte Técnico Especializado, Manutenção e Apoio, quando presencial deverá ser prestado no endereço local do CONTRATANTE ou outro indicado por ele. Todas as peças e componentes necessários ao perfeito funcionamento de toda a solução, quando necessário devem ser substituídos pela CONTRATADA, sem nenhum custo adicional a CONTRATANTE.  |

| Item 1: Subscrição de Solução de software de segurança e monitoração de atividades em banco de dados |   |
|--|---|
| A -2.6   | Para a prestação dos serviços de Suporte Técnico Especializado, Manutenção e Apoio a CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente todos os procedimentos de manutenção definidos pelo MEC, como horário estabelecido para parada dos equipamentos, autorizações de acesso, entre outros. Quando a intervenção implicar interrupção da solução ADC, mesmo que parcial, o MEC poderá determinar que a CONTRATADA a execute fora do horário de expediente do órgão, inclusive em finais de semana, sem qualquer ônus adicional ao MEC.  |
| A -2.7   | É expressamente vedada a desativação de hardware, software ou quaisquer recursos computacionais da CONTRATANTE, sem prévio conhecimento e autorização expressa do CONTRATANTE. Caso seja necessária a desativação de hardware, software ou quaisquer recursos computacionais do MEC, a CONTRATADA deverá disponibilizar equipamento de redundância com capacidade igual ou superior ao que será desativado, até que o problema seja sanado, sob pena de inexecução parcial do contrato. Em caso da necessidade de retirada do equipamento, o MEC poderá, a seu critério, reter as unidades de memória física dos equipamentos, sem custo adicional. |
| A -2.8   | Havendo necessidade de substituição de hardware (equipamentos), a CONTRATADA deverá efetuar a substituição por mesmo modelo de peça, ou por modelo superior em características técnicas, do mesmo fabricante, sem ônus para o CONTRATANTE, quando comprovados defeitos que comprometem seu desempenho, obedecendo os critérios abaixo, sem prejuízo de outras situações que caracterizem necessidade de troca:  |
| A -2.8.1   | Caso ocorram 04 (quatro) ou mais defeitos que comprometam seu uso normal, dentro de qualquer intervalo de 30 (trinta) dias.   |
| A -2.8.2   | Caso ocorram problemas recorrentes no mesmo hardware, seja na restauração ou na substituição de peças, assim considerada como recorrente a repetição de uma mesma falha em um intervalo inferior a 2 (dois) meses.  |
| A -2.8.3   | O(s) equipamento(s) (hardware) empregado(s) em substituição ao(s) equipamento(s) defeituoso(s) deverá(ão) possuir prazo de garantia equivalente àquela prevista no CONTRATO.  |
| A -2.9   | Ao término de cada evento de suporte técnico e manutenção, deverá ser gerado e entregue um Relatório de Atendimento Técnico (RAT) com as seguintes características:   |
| A -2.9.1   | Entregue à equipe técnica da CONTRATANTE em até 5 (cinco) dias após o serviço realizado pela CONTRATADA. A CONTRATANTE dará ciência no documento após análise e aceitação do seu conteúdo,  |
| A -2.9.2   | Indicação do tipo de serviço de suporte e manutenção realizado, bem como toda a verificação realizada.  |
| A -2.9.3   | Registro com a identificação do equipamento (nome/modelo/série).  |
| A -2.9.4   | Descrição clara do (s) problema(s) identificado(s), os procedimentos adotados para a sua resolução e o tempo de resolução para o chamado.   |
| A -2.10  | Mensalmente, deverá ser entregue um RELATÓRIO GERENCIAL indicando todos os eventos de suporte técnico e manutenção atendidos no período, seguidos de todos os Relatórios de Atendimento Técnicos (RAT) elaborados e aceitos. O Relatório Gerencial mensal deverá conter no mínimo:  |
| A-2.10.1   | Identificação individual dos chamados atendidos no período;   |
| A-2.10.2   | Identificação individual do equipamento ou solução;   |
| A-2.10.3   | Identificação individual do tipo de atendimento;  |
| A-2.10.4   | Datas de atendimento (abertura e conclusão);  |
| A-2.10.5   | Descrição dos atendimentos;   |



| Item 1: Subscrição de Solução de software de segurança e monitoração de atividades em banco de dados |  |
|--|--|
| A-2.10.6   | Procedimentos adotados para a solução do problema.   |
| A -2.11  | Sem prejuízo da entrega do Relatório Gerencial, o CONTRATANTE poderá solicitar, em formato digital, informações analíticas e sintéticas dos chamados técnicos abertos e fechados no período.   |
| A-2.12   | As atualizações de versões de todos os componentes da solução (major, minor, patches e fixes) deverão estar disponíveis para uso do MEC durante todo período contratual e sem custo adicional, podendo ser realizado download diretamente do sítio oficial do fabricante, devendo ser entregue, a última versão vigente na data do término do contrato.  |
| A-2.13   | Caso a CONTRATADA não seja a própria fabricante do equipamento, ela deverá observar, obrigatoriamente:   |
| A-2.13.1   | Apresentar documentação de que adquiriu os componentes da solução por meio de canais oficiais do fabricante, referenciando números de série desses componentes.  |
| A-2.13.2   | Apresentar contrato ou documentação equivalente que comprove que a CONTRATADA poderá recorrer ao fabricante para resolução de problemas, com SLA compatível com a vigência da garantia e os tempos de atendimento exigidos neste Termo de Referência;  |
| A-2.13.3   | Permitir que o MEC acione o fabricante diretamente para chamados de suporte e manutenção dos equipamentos e sistemas que compõem a solução durante a vigência da garantia.   |
| A-2.13.4   | O documento comprobatório deverá ter como signatário representante do fabricante e vir acompanhado de procuração pública ou particular com firma reconhecida, contrato social ou estatuto, atesando que o signatário tem o poder para assinar tal compromisso ou responder pelo fabricante.  |
| A-2.13.5   | O documento comprobatório deverá estar expresso em Português ou, se o documento apresentado tiver sido redigido em outra língua que não seja a língua portuguesa, deverá trazer obrigatoriamente a tradução juramentada do mesmo.  |
| A-2.13.6   | O fabricante signatário do documento comprobatório deverá possuir representação legal no Brasil.   |
| A-2.14   | Para aferição dos níveis de serviço o tempo de solução será contabilizado entre a abertura do chamado e restabelecimento do sistema em sua totalidade, bem como se entende por término do reparo do equipamento a sua disponibilidade para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde está instalado, e o tempo de atendimento inicia-se com a primeira intervenção pelo representante da CONTRATADA, local ou remotamente. |
| A-2.15   | Visando a garantir a disponibilidade e o atendimento dos níveis de serviço a CONTRATADA poderá, às suas expensas e sem custo adicional ao CONTRATO, fazer uso de mais de 2 equipamentos (1 cluster) para garantir redundância de fontes e discos, garantindo o pleno funcionamento de todos os equipamentos, softwares e licenças que compõem a solução.   |
| A-2.16   | Os chamados técnicos deverão ser atendidos e solucionados levando em consideração os itens abaixo, referente aos níveis mínimos de serviço:  |
| A-2.16.1   | Tempo de Atendimento: 2 (duas) horas.  |
| A-2.16.2   | Tempo de Solução: 24 (vinte e quatro) horas  |
| A-2.16.3   | Quando não for possível solucionar o problema no prazo estipulado, deverá ser fornecido outro equipamento de igual configuração ou superior, até a resolução definitiva do problema.   |
| A-2.17   | Durante a execução dos serviços de suporte técnico, somente poderão ser utilizadas peças e componentes novos e originais.  |
| A-2.18   | Durante todo o período da prestação de serviços de garantia e suporte técnico, a CONTRATADA deverá fornecer ao CONTRATANTE um login de acesso personalizado ao sítio internet do fabricante, onde deverá ser possível acompanhar a validade garantia do equipamento e, em área própria para o modelo ofertado, recursos para consulta e download de:   |

| Item 1: Subscrição de Solução de software de segurança e monitoração de atividades em banco de dados |  |
|--|--|
| A-2.18.1   | Softwares, drivers e firmwares (atualizações e/ou versões completas).  |
| A-2.18.2   | Manuais de usuário e dos equipamentos  |
| A-2.18.3   | Banco de solução para suporte ao software e hardware instalados de fábrica.  |
| <b>A-3 TREINAMENTO</b>   |  |
| A-3.1  | O TREINAMENTO deverá possuir carga horária mínima de 40:00 (quarenta horas) e deverá ser realizado em Brasília/DF em turma fechada de até 6 (seis) participantes com emissão de certificado de participação, sendo que, a critério do CONTRATANTE, poderão ser indicados mais participantes na categoria de ouvintes, sem a exigência de certificado de participação (limitando-se a 4 participantes adicionais do tipo “ouvintes”). |
| A-3.2  | Em sua PROPOSTA, as LICITANTES deverão fazer constar informações quanto à identificação do treinamento e seu conteúdo preliminar, observando o currículo oficial do fabricante da solução. Considerando também que todas as despesas referentes à realização do treinamento ou ao custeio de insumos deverão estar inclusas no preço contratado.   |
| A-3.3  | O CONTRATANTE solicitará a realização do treinamento à CONTRATADA por e-mail ou outro mecanismo de comunicação formal, sendo que este deverá ser iniciado em até 90 (noventa) dias corridos após a solicitação e o período e local de realização informados com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data do evento.   |
| A-3.4  | A CONTRATADA deverá comprovar, previamente à realização do evento, que o(s) INSTRUTOR(ES) selecionado(s) para ministrar o treinamento possuem qualificação condizente com o conteúdo programático a ser ministrado, incluindo certificados ou declaração do fabricante dos equipamentos que integram a Solução de ADC (ou documento equivalente).  |
| A-3.5  | O CONTRATANTE poderá, a seu critério, em qualquer tempo, durante o treinamento, contestar a prestação do serviço, solicitando a troca de instrutor ou equipamentos de laboratório. Caso a deficiência não possa ser sanada sem prejuízo para o andamento do curso, esse será suspenso pelo MEC, devendo a CONTRATADA agendar novo curso, sem ônus adicional para o MEC.  |
| A-3.6  | O treinamento deverá, ainda, observar o seguinte:  |
| A-3.6.1  | Possuir o conteúdo do treinamento organizado em módulos, sequenciados logicamente, visando o conhecimento cumulativo, contendo, ao final de cada módulo, exercícios práticos com laboratórios para fixação;  |
| A-3.6.2  | Incluir apostilas e manuais dos equipamentos e softwares necessários para a prática dos exercícios propostos no material oficial do fabricante;  |
| A-3.6.3  | Prover os equipamentos que irão compor o laboratório do treinamento que deverão ser iguais aos adquiridos pelo MEC ou, quando não for possível, por equipamentos similares com as mesmas funcionalidades;  |
| A-3.6.4  | Abranger todas as funcionalidades especificadas nesta especificação técnica;   |

| Item 1: Subscrição de Solução de software de segurança e monitoração de atividades em banco de dados |  |
|--|--|
| A-3.6.5  | Serem fornecidos certificados de participação para cada participante (exceto para aqueles na condição de ouvintes);  |
| A-3.6.6  | Todos os manuais, apostilas e demais documentos devem estar nos idiomas Português (ou Inglês, quando não disponíveis em Português); e os cursos devem ser ministrados no idioma Português.   |
| A-3.7  | Após realização do curso será feita uma avaliação de satisfação junto aos participantes, cujo resultado deverá alcançar a média de, pelo menos, 70% (setenta por cento) de satisfação dentre os critérios avaliados, para validação e emissão do Termo de Aceite Definitivo. Caso não alcance o resultado esperado, o treinamento deverá ser ministrado novamente. |

**APÊNDICE 02 ESPECIFICAÇÕES E REQUISITOS: ITEM 2**

| Item 2: Serviços agregados de Operação Assistida |  |
|--|--|
| B-1  | REQUISITOS DE EXECUÇÃO   |
| B-1.1  | As Horas de Serviços Técnicos de Operação Assistida serão utilizadas sob demanda, a critério do CONTRATANTE, para realização das atividades relacionadas às soluções fornecidas.   |
| B-1.2  | O período de execução do serviço de operação assistida dar-se-á imediatamente após o serviço de instalação e ativação da solução de Monitoramento de Atividades de banco de dados. Neste período a CONTRATADA deverá executar atividades relacionadas ao “fine tuning” da solução, aplicando ajustes, correções e customizando as soluções para as necessidades do Ministério da Educação. |
| B-1.3  | Os serviços de operação assistida incluem no mínimo as seguintes atividades:   |
| B-1.3.1  | Execução de atividades operacionais, utilizando os procedimentos mais adequados e adaptados à realidade do ambiente do CONTRATANTE;  |
| B-1.3.2  | Execução de atividades de rotinas de testes, análises e medidas, utilizando procedimentos que assegurem uma mínima interferência na operação e máxima disponibilidade da solução;  |
| B-1.3.3  | Elaboração de procedimentos especiais ou detalhamento de procedimentos padrão, documentados e adaptados à realidade do ambiente do CONTRATANTE;  |
| B-1.3.4  | Elaboração de relatórios de atividades, detalhando os procedimentos realizados e eventuais ajustes, se necessário.   |
| B-1.4  | Benefícios esperados:  |
| B-1.4.1  | Garantia de que a solução seja operada seguindo procedimentos de melhores práticas;  |
| B-1.4.2  | Redução da curva de aprendizado e transferência de conhecimento para a equipe do CONTRATANTE;  |
| B-1.4.3  | Melhor performance e disponibilidade da solução;   |

| Item 2: Serviços agregados de Operação Assistida |  |
|--|--|
| B-1.4.4  | Redução de impacto de implantação e melhorias, com menores índices de incidentes gerados em função de mudanças;  |
| B-1.4.5  | Padronização de procedimentos, possibilitando que o CONTRATANTE execute as atividades operacionais com sua própria equipe;   |
| B-1.4.6  | Procedimentos em conjunto com o fabricante da solução, para situações em que o ambiente do CONTRATANTE esteja sob ataque, destinado a prover o conhecimento para as medidas necessárias à defesa do ambiente;                  |
| B-1.4.7  | Procedimentos de ajuste para manter a solução adquirida pelo CONTRATANTE provendo a melhor utilização de suas funcionalidades.   |
| B-1.5  | Reuniões técnicas, mensais ou a critério do CONTRATANTE, para planejamento e execução de serviços com vistas à melhoria do ambiente instalado.   |
| B-1.6  | Reuniões gerenciais, mensais ou a critério do CONTRATANTE, para avaliação e acompanhamento dos serviços oferecidos.  |
| B-1.7  | Entrega de relatórios ao final do período de operação assistida, contendo informações sobre atividades desenvolvidas e recomendações sobre como melhor utilizar a tecnologia.  |
| B-1.8  | Sempre que necessário, a CONTRATADA deverá efetuar vistoria técnica nas dependências do CONTRATANTE de modo a realizar análise e implementar as alterações necessárias.  |
| B-1.9  | O serviço de operação assistida deverá ser prestado de forma presencial no endereço local do CONTRATANTE ou outro indicado por ele.  |
| B-1.10   | Para atendimento ao serviço de operação assistida a CONTRATADA somente poderá empregar profissionais capacitados e certificados nos produtos fornecidos.   |
| B-1.11   | O CONTRATANTE oficializará a solicitação deste apoio por meio da emissão de uma "Ordem de Serviço – OS", de acordo com o modelo do Termo de Referência.  |
| B-1.12   | A Ordem de Serviço deverá conter no mínimo: descrição do serviço, prazo para a execução do serviço, período para a execução do serviço, local da execução do serviço, especificações técnicas do serviço e produtos esperados. |

| Item 2: Serviços agregados de Operação Assistida |   |
|--|---|
| B-1.13   | Os serviços prestados deverão estar no mínimo de acordo com as especificações constantes na Ordem de Serviço.   |
| B-1.14   | O controle da execução dos serviços se dará em 03 (três) momentos, a saber: no início da execução – quando a “Ordem de Serviço – OS” é emitida pelo CONTRATANTE, durante a execução – com o acompanhamento e supervisão de responsáveis do CONTRATANTE, e ao término da execução – com o fornecimento de “Relatórios de Atividade da Operação Assistida” pela CONTRATADA e atesto dos mesmos por responsáveis do CONTRATANTE. |
| B-1.15   | A partir da emissão da “Ordem de Serviço – OS”, a CONTRATADA terá até 05 (cinco) dias corridos para iniciar a sua execução, ressalvados os casos em que comprovadamente seja necessário um atendimento imediato de manutenção corretiva ou prioridade alta do CONTRATANTE;  |
| B-1.16   | O CONTRATANTE comunicará à CONTRATADA quando uma “Ordem de Serviço – OS” estiver sendo elaborada para que a CONTRATADA possa se manifestar no interesse de agendamento de reunião para definição de procedimentos e horas necessárias para execução dos serviços.   |
| B-1.17   | As horas e procedimentos previstos inicialmente quando da abertura da “Ordem de Serviço – OS” serão validados no final das atividades e poderão sofrer adequações para estarem de acordo com o que foi efetivamente executado.  |
| B-1.18   | Este serviço deve estar disponível para acionamento no sistema 24 horas por dia x 7 dias por semana.  |

## APÊNDICE 03      MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

|             |   |
|-------------|---|
| PREGÃO:     | XX/2022-MEC   |
| ÓRGÃO/UASG: | Ministério da Educação – Subsecretaria de Assuntos Administrativos (UASG 150002)  |
| OBJETO:     | Registro de Preços para aquisição de solução de monitoramento de atividades em bancos de dados (Data Activity Monitoring - DAM) contemplando instalação, configuração, suporte técnico, garantia, transferência de conhecimentos, treinamento e operação assistida – conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas do Edital e em seus anexos. |

## Grupo/lote 01

| ITEM                      | DESCRIÇÃO DO ITEM   | CATSER | UNIDADE                           | QTDE  | VALORES MÁXIMOS ESTIMADOS |                |
|---------------------------|---|--------|-----------------------------------|-------|---------------------------|----------------|
|                           |   |        |                                   |       | UNITÁRIO                  | TOTAL POR ITEM |
| 1                         | Subscrição de solução de software de segurança e monitoração de atividades em banco de dados ( <i>Database Activity Monitoring - DAM</i> ), conforme requisitos especificados.                        | 24333  | Subscrição Anual – Banco de Dados | 100   |                           |                |
| 2                         | Serviços agregados de operação assistida para a solução de segurança e monitoração de atividades em bancos de dados ( <i>Database Activity Monitoring - DAM</i> ), conforme requisitos especificados. | 27260  | Horas de Serviço Técnico          | 2.016 |                           |                |
| VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: |   |        |                                   |       |                           |                |

## IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA LICITANTE:

Razão Social:

CNPJ:

Endereço Completo

CEP:

Fone/Fax:

E-mail:

## DADOS BANCÁRIOS:

Agência:

Conta Corrente:

Banco:

## IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DA ARP/CONTRATO:

Nome Completo (sem abreviaturas):

CPF:

IDENTIDADE / ÓRGÃO EXPEDITOR:

Cargo / Função:

Endereço Completo:

Cidade / UF:

CEP:



Demais condições:

- a) Ao efetuar essa proposta, esta empresa proponente declara ter tomado pleno conhecimento do Edital, do Termo de Referência e dos demais documentos integrantes da presente licitação estando ciente das obrigações das partes e das condições de prestação dos serviços.
- b) Esta empresa proponente declara que todas as despesas diretas e indiretas envolvidas no provimento dos serviços estão incluídas nos valores desta proposta de preços, que possui capacidade técnico-operacional adequada e que os preços são exequíveis.
- c) Esta empresa atesta a não aplicação da prática do "registro de oportunidade" para o objeto ofertado na presente proposta comercial, conforme disposto na Lei 8.666/1993, art. 3º, caput e nos termos do Acórdão-TCU 928/2020-Plenário.

Local e data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
Razão Social e CNPJ da Empresa Proponente

\_\_\_\_\_  
Identificação e Assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente

Prazo de validade da proposta: ..... (.....) dias, contados da data limite estipulada para a apresentação.

#### INSTRUÇÕES:

1. A descrição e a disposição de itens da proposta de preços devem obedecer ao padrão proposto.
2. Os valores correspondentes a cada item devem ser informados em separado, considerando seus preços unitários e totais (por item).
3. Para a fase de habilitação técnica, anexo à proposta, devem ser apresentados os documentos necessários e suficientes para a comprovação do atendimento aos critérios técnicos de habilitação, conforme definido no item 6.2.1 do TERMO DE REFERÊNCIA.
4. Conforme súmula TCU 254/2010 o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) não devem constar da composição de preços da proposta.
5. À proposta é necessário juntar cópia dos principais documentos da empresa (alteração contratual ou procuração) e do responsável (documento de identidade, CPF ou CNH).
6. Observando o disposto no item 6.2.2 do TERMO DE REFERÊNCIA, a proposta deve ter validade de, no mínimo, 90 (noventa) dias.

## APÊNDICE 04 MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO E/OU FORNECIMENTO

## ORDEM DE SERVIÇO E/OU FORNECIMENTO DE BENS

## 1. IDENTIFICAÇÃO

Nº IDENTIFICADOR DA OSFB:

Nº CONTRATO:

EMPRESA CONTRATADA / CNPJ:

OBJETO DO CONTRATO:

GESTOR DO CONTRATO:  
[caput art. 32 da IN 01/2019/SGD]

NOME:

E-MAIL:

TELFONE:

MATRÍCULA:

REQUISITANTE:  
[Inc. IV do art. 32 da IN 01/2019/SGD]

NOME:

E-MAIL:

TELFONE:

MATRÍCULA:

## 2. ESPECIFICAÇÃO DOS BENS E/OU SERVIÇOS

| ITEM | DESCRIÇÃO | UND | QTDE/VOLUME | VL UNITÁRIO | VL TOTAL ITEM |
|------|-----------|-----|-------------|-------------|---------------|
|------|-----------|-----|-------------|-------------|---------------|

VALOR TOTAL ESTIMADO:

## 3. CRONOGRAMA

| GRUPO/ITEM | PRAZO (EM DIAS) | DATA INÍCIO | DATA ENTREGA |
|------------|-----------------|-------------|--------------|
|------------|-----------------|-------------|--------------|

## 4. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

## 5. CIÊNCIA DA CONTRATADA

PREPOSTO DA CONTRATADA:  
[art. 32 da IN 01/2019/SGD]

NOME:

E-MAIL:

TELFONE:

CPF:

BRASÍLIA/DF, XX DE XXXX DE 20XX.

**APÊNDICE 05      MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA****DECLARAÇÃO DE REALIZAÇÃO DA VISTORIA TÉCNICA**

DECLARAMOS, para fins de participação no Pregão Eletrônico SRP nº \_\_\_\_/2022, que a empresa <Razão Social da Empresa>, registrada no CNPJ/MF <CNPJ>, representada por seu Responsável Técnico abaixo identificado, realizou VISTORIA TÉCNICA nas instalações da SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO do MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, tomando ciência de informações e instruções necessárias ao atendimento do objeto da presente licitação e à eventual elaboração de sua PROPOSTA, ao passo que nos comprometemos a manter sob sigilo e a não divulgar as informações e dados a que tivemos acesso por ocasião da VISTORIA TÉCNICA.

**DECLARAÇÃO DE OPÇÃO PELA NÃO REALIZAÇÃO DA VISTORIA TÉCNICA**

DECLARAMOS, para fins de participação no Pregão Eletrônico SRP nº \_\_\_\_/2022, que a empresa <Razão Social da Empresa>, registrada no CNPJ/MF <CNPJ>, Em conformidade a previsão contida no Termo de Referência, manifestamos nossa opção por **não realização** da Vistoria Técnica.

Brasília/DF, <dia> de <mês> de 2022.

[assinatura e carimbo]

---

<Nome completo do emitente>

<Cargo do emitente>

<SIAPE do emitente>

[assinatura]

---

<Nome completo do representante da Empresa>

<Documento de Identificação>

**INSTRUÇÕES:**

1. Nos termos do item 6.2.3 do Termo de Referência, a realização da vistoria é um dos critérios de habilitação técnica, recomendamos que os LICITANTES leiam com atenção o dispositivo.
2. O modelo acima é meramente exemplificativo, podendo a LICITANTE utilizar outros modelões desde que assegurada a aderência à finalidade da declaração.

## APÊNDICE 06 TERMO DE COMPROMISSO DE SIGILO E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

### TERMO DE COMPROMISSO DE SIGILO E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Pelo presente instrumento o <NOME DO ÓRGÃO>, sediado em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <CNPJ>, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a <NOME DA EMPRESA>, sediada em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <Nº do CNPJ>, doravante denominada CONTRATADA;

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º <nº do contrato> doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE; CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção; CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação e Privacidade da CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo discriminadas.

#### 1. OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas disponibilizadas pela CONTRATANTE e a observância às normas de segurança da informação e privacidade por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e os Decretos 7.724, de 16 de maio de 2012, e 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

#### 2. CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

- INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.
- INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquela abrangida pelas demais hipóteses legais de sigilo.
- CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

#### 3. DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

#### 4. DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

- Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;
- Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;
- Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

#### 5. DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento prévio e expresso da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo sexto – A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmos judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

## 6. VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretirável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

## 7. PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

## 8. DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações, conforme definição do item 3 deste documento, disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e

efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

## 9. FORO

A CONTRATANTE elege o foro da cidade de BRASÍLIA/DF, Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

## 10. ASSINATURAS

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

| CONTRATADA   | CONTRATANTE   |
|--|---|
| <hr/> <div>&lt;Nome&gt;<br/>&lt;Qualificação&gt;</div> | <hr/> <div>&lt;Nome&gt;<br/>Matrícula: xxxxxxxx</div> |

| TESTEMUNHAS  |  |
|--|--|
| <hr/> <div>&lt;Nome&gt;<br/>&lt;Qualificação&gt;</div> | <hr/> <div>&lt;Nome&gt;<br/>&lt;Qualificação&gt;</div> |

Brasília/DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

**APÊNDICE 07 TERMO DE CIÊNCIA INDIVIDUAL DE SIGILO E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO****TERMO DE CIÊNCIA INDIVIDUAL DO COMPROMISSO DE SIGILO E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO****IDENTIFICAÇÃO DO CONTRATO**

Nº DO CONTRATO:

EMPRESA CONTRATADA / CNPJ:

OBJETO RESUMIDO:

VIGÊNCIA CONTRATUAL:

**TERMOS**

O(s) funcionário(s) abaixo qualificado(s) declara(m) ter pleno conhecimento de sua(s) responsabilidade(s) no que concerne ao sigilo que deve ser mantido sobre as atividades desenvolvidas ou as ações realizadas no âmbito do Contrato Administrativo nº / , bem como sobre todas as informações que eventualmente ou por força de sua(s) função(ões) venha(m) a tomar conhecimento, comprometendo-se a guardar o sigilo necessário nos termos da legislação vigente e a prestar total obediência às normas de segurança da informação vigentes no ambiente do CONTRATANTE ou que venham a ser implantadas a qualquer tempo por este; em conformidade com o TERMO DE COMPROMISSO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO firmado entre as partes.

**OBSERVAÇÕES**

Digite observações, se houverem.

**DE ACORDO**

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE CIÊNCIA é assinado pela(s) parte(s) declarante(s) em 02 (duas) vias de igual teor e um só efeito.

Brasília (DF), / / .

**IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO(S) DECLARANTE(S)**

|             |             |
|-------------|-------------|
| Nome:       | Assinatura: |
| Identidade: |             |
| CPF:        |             |
| Função:     |             |
| Nome:       | Assinatura: |
| Identidade: |             |
| CPF:        |             |
| Função:     |             |
| Nome:       | Assinatura: |
| Identidade: |             |
| CPF:        |             |
| Função:     |             |
| Nome:       | Assinatura: |
| Identidade: |             |
| CPF:        |             |
| Função:     |             |
| Nome:       | Assinatura: |
| Identidade: |             |
| CPF:        |             |
| Função:     |             |

**Observação:** Este termo deve ser impresso em papel timbrado da CONTRATADA.